

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Competências Parentais no Sistema de Proteção à Criança e Serviço Social

Trabalho de Projeto - “*Sensibilizar, Promover e Prevenir*”

Sílvia Margarida dos Santos Coelho

Mestrado em Serviço Social

Orientador:

Doutor Pablo, Álvarez-Pérez – Professor Auxiliar/ Diretor do Mestrado em Serviço Social

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro| 2020



## **Agradecimentos**

*“Sem sonhos, a vida não tem brilho...  
Sem metas, os sonhos não têm alicerces...  
Sem prioridades, os sonhos não se tornam reais”*

Augusto Cury

*Aqui exprimo a minha gratidão:*

- Ao meu orientador de trabalho de projeto Doutor Pablo, Álvarez-Pérez, pela orientação prestada, pelo seu incentivo, disponibilidade e apoio que sempre demonstrou.
- A todos os meus professores de Mestrado em Serviço Social, que transmitiram os seus conhecimentos e experiências, fundamentais para a minha formação académica;
- A todos os meus colegas e amigos que sempre me apoiaram neste percurso desafiante.

*Em especial:*

- À minha família: Por estarem sempre ao meu lado, pela preocupação, força e coragem que sempre me transmitiram.
- À minha filha: Obrigada pela paciência e compreensão. Pelo tempo que tive de despende de ti para conseguir este grande objetivo na minha vida.... És a minha grande inspiração e orgulho...LY



## **RESUMO**

Todas as crianças têm direito a uma vida digna, saudável e feliz, devendo desenvolver-se num ambiente positivo e equilibrado para que o seu crescimento seja satisfatório. As famílias são um lugar privilegiado para a educação e desenvolvimento das crianças, pois, são intermediárias entre estas e o mundo, constituindo uma importante base da vida social. No entanto, nem sempre esse contexto apresenta os indicadores mais favoráveis para que as crianças cresçam harmoniosamente, tanto seja pelo meio familiar desestruturado onde coabitam, tanto pelo meio social desfavorecido que os envolve. A promoção dos direitos das crianças e dos jovens cabe, deste modo, tanto às famílias, comunidades, bem como aos serviços e entidades que lhes prestam apoio.

O apoio aos pais, através de programas de intervenção ou aconselhamento na área de educação parental, integra recentemente as políticas sociais europeias. O objetivo destas medidas é o de responder às necessidades específicas de educação, promoção do bem-estar e desenvolvimento integral das crianças e jovens. A educação parental surge assim como um dos principais meios a recorrer a fim de evitar a institucionalização de crianças e jovens (medida colocada quando as famílias não conseguem assegurar a promoção dos seus direitos e a sua adequada proteção). A prevenção e proteção das crianças e dos jovens é encarada no sentido de evitar situações de perigo e criar medidas de promoção e de proteção. O presente projeto irá procurar potenciar as capacidades destes indivíduos, procurando substituir a culpabilidade pela responsabilidade e pelo reconhecimento e desenvolvimento das suas próprias competências.

Palavras-Chave: Os direitos das crianças; Famílias; Serviço Social; Educação Parental

## **ABSTRACT**

All children are entitled to a dignified, healthy and happy life, and must develop in a positive and balanced environment so that their growth is satisfactory. Families are a privileged place for the education and development of children, as it is an intermediary between them and the world, constituting an important basis of social life. However, this context does not always present the most favorable indicators for children to grow up harmoniously, whether due to the unstructured family environment where they live, or the disadvantaged social environment that surrounds them. The promotion of the rights of children and young people thus falls on families, communities, as well as the services and entities that support them.

Support for parents, through intervention or counseling programs in the field of parental education, has recently been integrated into European social policies. The purpose of these measures is to respond to the specific needs of education, the promotion of well-being and the integral development of children and young people. Parental education thus appears as one of the main means to resort in order to avoid the institutionalization of children and young people (a measure placed when families fail to ensure the promotion of their rights and their adequate protection). The prevention and protection of children and young people is aimed at avoiding dangerous situations and creating measures for promotion and protection. The present project will seek to enhance the capacities of these individuals, seeking to replace guilt with responsibility and the recognition and development of their own skills.

Keywords: Children's rights; Families; Social service; Parental Education

## Índice

Resumo .....	v
Abstract .....	vi
Índice de Figuras .....	ix
Índice de Gráficos .....	ix
Índice de Quadros .....	ix
Índice de Anexos .....	ix
Glossário de Siglas .....	xi
Introdução .....	1
Capítulo 1 .....	3
1. Enquadramento Teórico .....	3
1.1. As crianças como Sujeitos de Direitos e a Parentalidade Positiva .....	3
1.2. A importância das famílias no desenvolvimento e promoção do bem estar das crianças/jovens.....	5
1.3. A negligência e os maus tratos como fatores de risco .....	7
1.4. A importância da prevenção e intervenção em Educação Parental .....	10
1.5. O Serviço Social e o Papel dos Assistentes sociais .....	13
1.6. A importância das Comissões de Proteção de Crianças e jovens e o Sistema de Proteção .....	15
Capítulo 2 .....	19
2. Diagnóstico Social .....	19
2.1. Contextualização geográfica, demográfica e familiar do Concelho do Cartaxo .....	20
2.2. Principais problemáticas identificadas CPCJ - Nível Macro (Nacional).....	22
2.3. Principais problemáticas identificadas CPCJ do Concelho do Cartaxo .....	24
2.4. Avaliação da realidade social .....	27
2.5. Benchmarking (projetos vão ao encontro da problemática que se quer trabalhar) .....	31
Capítulo 3 .....	35
3. Programa de Educação Parental – “Sensibilizar, Promover e Prevenir” .....	35
3.1. Justificação e apresentação .....	35
3.2. Objetivos do projeto .....	38
3.3. População alvo .....	39
3.4. Contexto de implementação.....	39
3.5. Metodologia do Programa .....	39
3.6. Planeamento .....	40
3.7. Resultados esperados.....	42

3.8. Estrutura orgânica e gestão do projeto .....	43
3.8.1. Recursos afetos ao projeto.....	43
3.8.2. Recursos materiais afetos às atividades.....	43
3.9. Sustentabilidade do projeto .....	43
3.10. Orçamento global .....	44
3.11. Avaliação do projeto .....	44
4. Conclusão .....	45
5. Análise crítica .....	47
6. Bibliografia.....	51
7. Anexos.....	57

## **Índice de Figuras**

Figura 1.1 – 1ª Figura do Capítulo 1 - Intervenção Subsidiária no perigo .....	16
Figura 2.1 – 1ª Figura do Capítulo 2 - Freguesias do concelho do cartaxo .....	20

## **Índice de Gráficos**

Gráfico 2.1. – 1º Gráfico do Capítulo 2 – Pirâmide Populacional 2019 .....	21
Gráfico 2.2. – 2º Gráfico do Capítulo 2 - Categorias de perigo diagnosticadas em 2019 .....	23
Gráfico 2.3 – 3º Gráfico do Capítulo 2 - Medidas aplicadas em 2018 e 2019 .....	23
Gráfico 2.4 – 4º Gráfico do Capítulo 2 - Medidas Cautelares -2019 .....	24
Gráfico 2.5 – 5º Gráfico do Capítulo 2 - Processos por escalão etário/ sexo - 2019 .....	31
Gráfico 2.6 – 6º Gráfico do Capítulo 2 - Categorias de perigo diagnosticadas na CPCJ do Cartaxo ...	31
Gráfico 2.7 – 7º Gráfico do Capítulo 2 – Média Mensal de Processos Ativos no Distrito de Santarém .....	26
Gráfico 2.8 – 8º Gráfico do Capítulo 2 – Dados recolhidos nos agrupamentos de escolas do Município do Cartaxo .....	27

## **Índice de Quadros**

Quadro 2.1 – 1º Quadro do Capítulo 2 – Índice de Dependência de Jovens – Rácio % .....	21
Quadro 2.2 – 2º Quadro do Capítulo 2 – Índice de Dependência de Idosos – Rácio % .....	22
Quadro 2.3 – 3º Quadro do Capítulo 2 – Famílias (Nº) por Local de Residência .....	22
Quadro 2.4 – 4º Quadro do Capítulo 2 - Medidas aplicadas - comparação entre a CPCJ do Cartaxo e as CPCJ a nível nacional.....	26
Quadro 2.5 – 5º Quadro do Capítulo 2 – Análise SWOT .....	29
Quadro 2.6 – 6º Quadro do Capítulo 2 - Programas de Educação Parental .....	30
Quadro 3.1 – 1º Quadro do Capítulo 3 - Planeamento –Projeto “ <i>Sensibilizar, Promover e Prevenir</i> ” .....	40
Quadro 3.2 – 2º Quadro do Capítulo 3 - Plano de avaliação .....	45

## **Índice de Anexos**

Anexo A. – Grelha de avaliação das sessões pelos técnicos .....	I
Anexo B. – Grelha de autoavaliação final de implementação do programa (técnicos).....	II
Anexo C. – Guião de reuniões de avaliação quinzenais ou mensais .....	III
Anexo D. – Questionário de caracterização geral – Competências e Práticas Parentais (Pré-teste).....	IV
Anexo E. – Avaliação semanal da sessão pelos pais .....	VII
Anexo F. – Ficha de avaliação final (pais) .....	VIII



## **Glossário de Siglas**

CAT – Centro de Acolhimento Temporário

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

DGS – Direção Geral da Saúde

INE - Instituto Nacional de Estatística

LPCJP – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

PPP – Processo de Promoção e Proteção

SPO – Serviço de Psicologia e Orientação

UE - União Europeia



## INTRODUÇÃO

No âmbito do trabalho de projeto de Mestrado em Serviço Social, para a obtenção do grau de Mestre, foi por mim traçado como objetivo final, a construção de um programa de Educação Parental, com a designação “Sensibilizar, Promover e Prevenir”.

O presente projeto emerge de uma necessidade identificada, e fundamenta-se na tentativa de construir uma resposta de intervenção, na promoção do desenvolvimento de competências parentais nas famílias, através de um acompanhamento técnico adequado e específico a cada família.

A referida intervenção junto das famílias de crianças e jovens em risco e perigo, terá como objetivo remover/atenuar a sua situação de perigo, proporcionando o seu crescimento no seu meio natural de vida e seio familiar, através da operacionalização do treino de competências parentais, com a finalidade de melhorar a qualidade de vida e bem-estar das famílias, bem como prevenir situações de exclusão social e desigualdades provocadas pelos fenómenos de abandono ou insucesso escolar. Este projeto irá procurar assim, potenciar as capacidades destes indivíduos, procurando substituir a culpabilidade pela responsabilidade e pelo reconhecimento e desenvolvimento das suas próprias competências.

As crianças em risco/perigo, são um assunto eminente na nossa sociedade, para o qual devemos estar sensibilizados e intervir adequadamente. Nos últimos anos, esta realidade social tem vindo a merecer especial atenção, uma vez que é no seio familiar que mais acontece a violência, muitas vezes encoberta.

Reconhecida hoje, a importância da qualidade e a firmeza das família no desenvolvimento de qualquer criança, a sua carência poderá vir mais tarde ou mais cedo a afetar as suas relações com os outros, devido às dificuldades relacionais que marcam o seu percurso, ficando o processo identitário das crianças comprometido, assim como, o seu funcionamento psíquico, o que poderá refletir-se na forma de se relacionar com os outros, na forma como percebe e compreende os que a rodeiam.

Sendo as famílias elementos fulcrais para o desenvolvimento e bem-estar das crianças, estas devem receber proteção e assistência necessárias, ou seja, beneficiar de uma rede de apoios – formal e/ou informal, que facilite o exercício da responsabilidade parental (Convenção dos Direitos da Criança, 1989). Deste modo, os cuidados de saúde, apoios sociais, educativos e familiares adequados constituem-se como fatores de prevenção, ou compensatórios na proteção e promoção dos direitos das crianças, contribuindo, simultaneamente, para fortalecer as capacidades e potencialidades dessas famílias, em situação de stress, no sentido de melhor responderem às necessidades dos seus filhos e de serem capazes de exercerem a sua Parentalidade de forma positiva.

O presente trabalho encontra-se dividido em três capítulos distintos. No primeiro capítulo serão abordados alguns temas os quais considere pertinentes, com contributos teóricos e empíricos de vários autores, resultando deste modo, numa reflexão, onde o esforço de objetivação e de análise se apresenta de forma sucinta.

Seguidamente, e num segundo capítulo, procedi à elaboração do respetivo diagnóstico, através da recolha de informação de alguns dados estatísticos da CPCJ a nível macro (país), procedendo posteriormente à recolha, seleção e análise criteriosa da realidade social do concelho do cartaxo. No mesmo capítulo, e por forma a ter uma perceção de alguns projetos já desenvolvidos no mesmo âmbito, procedi à recolha de alguma informação pertinente, que fosse de encontro às problemáticas que o presente projeto pretende responder, traçando deste modo, algumas linhas orientadoras pertinentes à construção do mesmo.

Relativamente ao terceiro e último capítulo, será efetuado a apresentação e justificação do respetivo projeto, assim como os objetivos gerais e específicos e a população abrangente. No que respeita à temática das atividades a desenvolver, será apresentado toda a sua planificação e objetivos por sessões, contexto de implementação, métodos de avaliação, metodologia, resultados esperados, gestão orgânica, recursos e sustentabilidade.

Importa deste modo referir que será remetido para anexo, todos os instrumentos de avaliação inerentes ao mesmo, ou outro tipo de documentação considerada de importância relevante.

## CAPÍTULO 1

### 1. Enquadramento Teórico

#### 1.1. A criança como um Sujeito de Direitos e a Parentalidade Positiva

Os Direitos das Crianças constituem um marco importante para salvaguardar as crianças, como indivíduos pertencentes a uma sociedade, na qual têm um papel ativo e ao mesmo tempo, assegurar que sejam sujeitos de direitos. Esta concetualização integra-se num processo significativo de reconhecimento dos seus direitos, quer a nível nacional, quer internacional, importando valores e princípios que se consideram fundamentais, apoiados juridicamente, pretendendo a consciencialização da sociedade para a sua importância e a sua responsabilização na concretização e respeito pelas mesmas. (Perdigão & Sotto Mayor Pinto, 2009).

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Crianças, aprovada na Resolução 44/25 da Assembleia Geral das Nações Unidas, a 20 de novembro de 1989, e ratificada em Portugal a 21 de setembro de 1990, apresenta-se como o principal Tratado sobre os Direitos das Crianças. Trata-se de um documento que enuncia não só um amplo conjunto de direitos fundamentais – direitos civis, económicos, sociais e culturais – para todas as crianças, como também contém um extenso conjunto de normas internacionais, juridicamente vinculativas, referentes à promoção dos direitos das mesmas no mundo.

A necessidade de garantir uma especial proteção, foi incrementado em diversos instrumentos internacionais, na Constituição da República Portuguesa, em diversa legislação, e em especial, na lei 147/99 de 1 de setembro (alterada pela lei nº26/2018 de 05/07), que aprovou a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. A referida lei, em conjunto com a Convenção das Nações Unidas, veio consagrar conjuntamente com a Lei Tutelar Educativa (lei n.º 166/99 de 14 de setembro), um novo sistema de direito e de justiça de crianças e jovens.

A Convenção sobre os Direitos das Crianças de 20 de novembro de 1989, surge assim, como um documento de consenso, que leva em conta a importância da tradição e dos valores culturais, para a proteção e o desenvolvimento harmonioso das crianças. O objetivo é permitir, entre outros aspetos, terem uma voz ativa no seu projeto de vida, dando-lhes assim a oportunidade de lhes ser reconhecido o estatuto de sujeitos de direitos (Deleury, 1992; Leandro, 1998).

Deste modo, o artigo 3º, da referida Convenção, estabelece que: “Todas as medidas referentes às crianças, que sejam tomadas pelas instituições públicas ou privadas de proteção social, por tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, terão primacialmente ter em conta o seu interesse superior”. Este princípio encontra-se consagrado na legislação interna de muitos países, nomeadamente em Portugal, desde 1999, sendo a base para um adequado e eficaz Sistema Nacional de Proteção à Infância e Juventude.

A Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), aprovada pela Lei nº 147/99 de 1 de setembro de 1999, no seu artigo 4º estabelece assim, os princípios de atuação relativamente à sua proteção (princípios orientadores de intervenção), constituindo deste modo, uma referência para a definição de critérios de intervenção. É através da referida lei, que se fundamenta e se regula, a aplicação de medidas necessárias de proteção e promoção, em processos em que estão em causa os seus direitos. Segundo o artigo 5º da Lei nº147/99, considera-se criança ou jovem a pessoa com menos de 18 anos de idade, ou a pessoa com menos de 21 anos, que solicite a continuação da intervenção iniciada antes de completar os 18 anos.

O princípio da responsabilidade parental (artigo 4º, alínea f), reforça a regra constitucional que confere aos pais a tarefa de educar e ter um comportamento ajustado às necessidades dos filhos. O princípio da prevalência familiar (artigo 4º, alínea g), determina que seja dada prioridade às medidas que fortaleçam a capacidade das famílias e as competências dos pais para preservarem o ambiente familiar e as condições suficientes e adequadas para se manter as crianças sobre a sua responsabilidade. Deste modo, quando se aplicam as medidas de “Apoio junto dos pais” e de “Apoio junto de outro familiar”, os apoios definidos na altura, para além de poderem abranger todo o agregado familiar (artigo 42º), podem ainda prever a frequência de programas de Educação Parental (artigo 41º), que visam o melhor exercício das funções parentais. Esta medida visa apoiar os pais a exercerem melhor as suas competências parentais, por forma a eliminar, minorar ou superar a situação de maus tratos, ou outras situações de perigo para as mesmas.

Estes programas podem revestir diferentes modalidades, possibilitando a troca de experiências e aprendizagem em comum, no qual os encontros são organizados a partir de um referencial teórico, obedecendo a um conjunto de requisitos metodológicos para a sua administração. Segundo a LPCJP, a Educação Parental surge como um apoio de natureza psicopedagógica e social, preconizando a sua aplicação aos pais quando tenham sido propostas medidas de apoio em meio natural de vida (artigo 39º) ou em situações em que as crianças possam estar sobre a responsabilidade de um familiar (artigo 40º). A natureza e finalidade da medida trata de salvaguardar o direito constitucional de os pais ou responsáveis pelo cuidado às crianças assumirem a Parentalidade como um direito inalienável.

Apesar de a medida revestir caráter obrigatório quando decretada em julgamento no Tribunal, a maior parte das vezes não é obrigatória, designadamente em fase de Acordo de Promoção e Proteção, quando se procura a adesão de todos (Marques Vidal, 2010). O consentimento parental é fundamental para que a educação parental seja assumida como um direito, pois apenas nestas condições a mesma poderá desenvolver-se.

Perante a nova representação da condição da infância e os atuais contornos do exercício da Parentalidade, cabe ao Estado uma função de proteção das famílias, que deve associar um investimento em educação parental. Entre as várias iniciativas que têm vindo a ser promovidas neste âmbito, destaca-se a ação do Conselho da Europa para os Estados-Membros, através da publicação em 2006 da Recomendação Rec(2006)19 de 13 de dezembro, focada na necessidade de exercício de uma

Parentalidade Positiva. Neste documento é chamada a atenção dos Estados e da sociedade civil para as questões sociais associadas ao exercício das funções parentais, enunciando-se um leque de princípios, orientadores da intervenção com as famílias e as crianças.

Segundo o Conselho da Europa, 2006 citado por Carvalho (2011:10), a Parentalidade Positiva define-se como um “comportamento parental baseado no melhor interesse das crianças e que assegura a satisfação das principais necessidades das crianças e a sua capacitação sem violência, proporcionando-lhe o reconhecimento e a orientação necessária, o que implica a fixação de limites ao seu comportamento, para possibilitar o seu pleno desenvolvimento”.

Para a Associação Portuguesa para a Igualdade e Direitos dos Filhos (2012:2), a Parentalidade Positiva define-se como o “comportamento dos progenitores respeitador dos melhores interesses e direitos das crianças.”, deste modo, “os pais e mães positivos cuidam, capacitam, guiam e reconhecem as crianças como indivíduos no gozo pleno dos seus direitos”.

Este conceito baseia-se no princípio de que os progenitores devem proporcionar às suas crianças: *Sustento* – respondendo às necessidades de amor, carinho e segurança; *Estrutura e Orientação* – proporcionando às crianças uma sensação de segurança, uma rotina previsível e limites necessários; *Reconhecimento* – ouvindo as crianças e valorizando-as como indivíduos de pleno direito; *Empoderamento/autonomia* – melhorando a noção de competência e de controlo pessoal das crianças; *Educação não violenta* – excluindo todos os castigos corporais e psicológicos humilhantes. O castigo corporal é uma violação aos direitos das crianças no que diz respeito à integridade física e dignidade humana (Associação Portuguesa para a Igualdade Parental e Direitos dos Filhos, 2012:2).

Deste modo, o presente projeto de educação parental terá como objetivo os referidos princípios, através de um serviço de apoio aos progenitores, tendo como principal primícia ajudar as famílias no desenvolvimento de padrões de relacionamento saudáveis com os filhos, promovendo a capacitação dos pais no desempenho das suas funções básicas educativas, centrando-se no exercício da autoridade, do diálogo, no respeito e numa educação de afeto, através da aquisição de competências neste domínio, evitando assim a institucionalização dos seus filhos.

## **1.2. A importância da família no desenvolvimento e promoção do bem-estar da criança/jovem**

As famílias, presente em todas as sociedades, são um dos primeiros ambientes de socialização dos indivíduos, atuando como mediadoras principais dos padrões, modelos e influências culturais (Amazonas, Damasceno, Terto & Silva, 2003; Kreppner, 1992, 2000). Segundo Giddens (2007:175), as famílias “são um grupo de pessoas unidas diretamente por laços de parentesco, no qual os adultos assumem a responsabilidade de cuidar das crianças”, transmitindo assim, um conjunto de regras e de valores de uma sociedade às crianças e jovens, para que estes adquiram as competências para o seu desempenho enquanto atores sociais.

Deste modo, os grupos familiares constituem o primeiro contexto responsável pelas crianças através da satisfação das suas necessidades primárias (alimentação, proteção e abrigo) e sócio emocionais (afeto, atenção, interação e estimulação). Elas têm, portanto, um impacto significativo e uma forte influência no comportamento dos indivíduos, especialmente das crianças, que aprendem as diferentes formas de existir, de ver o mundo e construir as suas relações sociais. As famílias constituem-se assim, como “(...) um espaço privilegiado para a elaboração e aprendizagem de dimensões significativas da interação; os contatos corporais, a linguagem, a comunicação, as relações interpessoais. É ainda, o espaço de vivência de relações afetivas: a filiação, o amor, a sexualidade..., numa trama de emoções e afetos positivos e negativos que, na sua elaboração, vão dando corpo ao sentimento quem somos e de pertencermos àquela e não a outra qualquer família” (Madalena Alarcão, 2006:37).

Sampaio e Gameiro (1985:11-12) definem-na como “um sistema, um conjunto de elementos ligados por um conjunto de relações, em contínua relação com o exterior, que mantém o seu equilíbrio ao longo de um processo de desenvolvimento percorrido através de estádios de evolução diversificados”. Como parte de um sistema social, englobando vários subsistemas, os papéis dos seus membros são estabelecidos em função dos estágios de desenvolvimento do indivíduo e da família vista enquanto grupo (Dessen, 1997; Kreppner, 1992, 2000). A própria conceção científica evidencia o entrelaçamento das variáveis biológicas, sociais, culturais e históricas que exercem grande influência nas relações familiares, constituindo a base para as formas contemporâneas da família (Petzold, 1996).

Apesar da complexidade na definição e na caracterização do conceito de família, existe a ideia geral que a famílias devem fazer de tudo para proteger as crianças/jovens, promovendo o seu desenvolvimento adequado. As famílias devem, portanto, promover o bom desenvolvimento e a segurança dos seus elementos e, para tal, deve satisfazer as suas necessidades de modo a protege-los dos ataques do exterior facilitando um desenvolvimento coeso e estável (Oliveira, 2002).

Ao longo do tempo, a noção de família sofreu significativas transformações, como mudanças na configuração familiar, na dimensão da família, na atribuição de papéis, entre outras que despertaram possibilidades e ruturas. Não existe uma configuração familiar ideal, porque são inúmeras as combinações e formas de interação entre os indivíduos que constituem os diferentes tipos de famílias contemporâneas (Stratton, 2003): nuclear tradicional, recasadas, monoparentais, homossexuais, dentre outras combinações. Os padrões familiares vão se transformando e reabsorvendo as mudanças psicológicas, sociais, políticas, económicas e culturais, o que requer adaptações e acomodações às realidades enfrentadas (Wagner, Halpern & Bornholdt, 1999).

É necessário ter presente que as mesmas vão sofrendo diversas mudanças na sua estrutura de acordo com o seu meio envolvente, que as suas funções enquanto agente educativo, também podem estar sujeitas a uma mudança. Independentemente do tipo de família de que falamos (estejam os progenitores separados, apenas juntos sem estarem legalmente casados, serem do mesmo sexo), todas elas têm a função de proteger e cuidar dos seus elementos (Cruz & Carvalho, 2011).

O desenvolvimento das crianças é deste modo intrinsecamente influenciado pela aquisição de valores, costumes, hábitos, regras, linguagem que caracterizam a própria família e conseqüentemente, o seu funcionamento sistêmico. Assim sendo, “a família constitui o primeiro, e o mais importante grupo social de cada ser humano, o seu quadro de referência, estabelecido através das relações e identificações que a criança criou durante o desenvolvimento” (Vara, 1996 citado por Stanhope, 1999:504).

De acordo com Kreppner (2000), as famílias e as suas redes de interações, asseguram a continuidade biológica, as tradições, os modelos de vida, além dos significados culturais que são atualizados e resgatados, cronologicamente. Contatos negativos, conflitos, rompimentos e insatisfações podem gerar problemas futuros, particularmente nas crianças (Dessen & Braz, 2005), ou seja, as famílias são detentoras de algumas funções que são fundamentais para a vida das mesmas, tanto a nível cultural, social, como biológico.

Para Daniel Goleman (1999:15), “a vida em família supõe a nossa primeira escola para a aprendizagem emocional” – escola essa que funciona não apenas a partir do que os pais fazem ou dizem diretamente aos filhos, mas também dos modelos que eles oferecem em todos os momentos em que lidam com os seus próprios sentimentos e nas suas interações socio afetivas (Goleman 1999). As experiências familiares, tanto as emocionalmente agradáveis, quanto as desagradáveis, constituem modelos de comportamento para as crianças e adolescentes.

Essas habilidades sociais e sua forma de expressão, inicialmente desenvolvidas no âmbito familiar, têm repercussões em outros ambientes com os quais as crianças, os adolescentes ou mesmo os adultos interagem, acionando aspetos salutareos ou provocando problemas e alterando a saúde mental e física dos indivíduos (Del Prette & Del Prette, 2001).

### **1.3. A negligência e os maus tratos como fatores de risco**

Segundo Magalhães “A violência para com menores manifesta-se por formas muito diferentes, como maus tratos físicos (que, no seu limite, se traduzem pelo infanticídio ou homicídio), abuso emocional ou psicológico, abuso sexual, negligência, abandono, exploração no trabalho, exercício abusivo da autoridade e tráfico de crianças e jovens, entre outras formas de exploração”. (Teresa Magalhães, 2004:36).

Assim sendo, e segundo a mesma autora os maus tratos, apesar das mais variadas maneiras de se manifestarem definem-se por uma “ (...) forma de tratamento físico e (ou) emocional, não acidental e inadequada, resultante de disfunções e (ou) carências nas relações entre crianças e jovens e pessoas mais velhas, num contexto de uma relação de responsabilidade, confiança e (ou) poder”. A maior parte dos maus tratos às crianças e jovens, surgem num contexto de reprodução social aparecendo, portanto, em todos os grupos sociais. Admite-se, no entanto, que acontecem com maior frequência nas classes sociais mais desfavorecidas em virtude das carências económicas a que se associam as más condições habitacionais, o baixo nível ou ausência de instrução escolar e da desorganização, e por vezes,

promiscuidade da vida profissional, familiar e social. Segundo Amaro (2006), fatores sociais como a pobreza, o desemprego, a baixa qualificação profissional, são fatores que contribuem para um desempenho parental negligente, desde logo, pelo facto das famílias estarem privadas do acesso a recursos básicos, como a saúde, a educação e o trabalho, limita seriamente as suas possibilidades de garantir a prestação dos cuidados necessários para um ajustado desenvolvimento infantil (Fonseca, 2004; Miranda e Zamora, 2009; Garbarino, 1980; Strauss 1979; Whipple et al., 1991; Kotch et al., 1999). Mas tal não significa que todas as famílias de níveis socioeconómicos desfavorecidos sejam famílias de risco ou maltratantes, nem que os pais de classe socioeconómica mais elevada não possam maltratar os seus filhos. O que se constata é que nos estratos sociais médio-alto e alto as tipologias de maus tratos mais frequentes são o abuso psicológico e a negligência afetiva, os quais, pela sua natureza mais subtil, ficam mais resguardados dos olhares do controlo social, além de que a própria postura destes estratos sociais, de preservação do seu domínio privado, dificulta a deteção dos maus tratos (Vilaverde, 2000).

Na área do mau trato existem duas categorias (mau trato físico e mau trato psicológico), e na área da negligência igualmente, se identificam duas categorias (física e psicológica) e abuso sexual, sendo que a distinção usualmente empregue para o mau trato e negligência é que o primeiro pressupõe uma ação, enquanto a segunda pressupõe uma omissão. No que concerne ao mau trato físico, o mesmo constitui-se por sendo a categoria mais facilmente identificada pelas suas consequências através dos diagnósticos médicos.

Segundo a mesma autora, a definição de mau trato físico, inclui os atos cometidos pelos educadores e pressupõem contacto físico do qual, resultam danos físicos nas crianças. O mau trato tem sido avaliado através do comportamento parental (bater na criança com algum objeto, esmurrar, etc.), pode incluir também os métodos de disciplina e as intenções. Uma das características do mau trato que tem assumido alguma importância, prende-se com a forma como este é perpetrado à criança. (Calheiros, 2006:111).

Alguns estudiosos da matéria tais como, (McGee & Wolfe, 1991 *cit in* Calheiros), referem que o mau trato psicológico não só prevalece sobre outras formas de mau trato, como também o consideram como sendo mais destrutivo no seu impacto, tendo o mesmo assumido diferentes designações (crueldade mental, abuso emocional e educacional, negligência sobre todas as formas). O mau trato psicológico pode ser a categoria que apresenta mais problemas de definição, quer a nível das atitudes parentais que a compõem, quer na consequência para as crianças.

Segundo Magalhães, a negligência parental “(...) é um comportamento regular de omissão, relativamente aos cuidados a ter com os menores, não lhe sendo proporcionada a satisfação das suas necessidades de saúde, afeto, estimulação e apoio (no contexto dos recursos disponíveis pela família a cuidadores)” (Magalhães, 2005:34). A mesma autora, classifica a negligência por uma “(...) impossibilidade de os pais ou responsáveis proporcionarem às crianças condições para um desenvolvimento físico, psicológico e emocional normal e adequado. Deste modo, entre as práticas negligentes, incluem-se, por exemplo, a interrupção ou privação dos cuidados parentais, a privação afetiva, relacional e social, as expectativas elevadas ou prematuras face às crianças, a desatenção e falta

de afetividade parental, a indiferença, o fracasso em dar resposta às necessidades das crianças em função das diferentes fases de crescimento, entre outros.”

Tendo em conta, este aspeto a negligência compreende três categorias: física, educacional e emocional. Qualquer uma destas categorias envolve cuidados considerados inadequados, ou omissões dos pais, e assume que as crianças têm necessidades básicas às quais não são dadas respostas. Estas necessidades dizem respeito a cuidados físicos (garantir que a criança seja alimentada, e vestida de forma apropriada), a cuidados com a educação, estimulação, aprendizagem e crescimento e ainda que seja bem tratada emocionalmente. (Calheiros, 2006:112).

No que pertence ao abuso sexual, e segundo a mesma autora, ao contrário do que acontece com as anteriores formas de mau trato, este está bem especificado nos códigos criminais, apesar de existir pouco consenso sobre que atos são sexualmente abusivos. A sua definição, nem sempre precisa de ser baseada em danos físicos, contacto físico, ou risco psicológico. No entanto, outros critérios e fatores menos salientes na definição de outros tipos de abuso são referidos como muito importantes, na definição do que constituem as situações de abuso sexual. (Calheiros, 2006:113).

As consequências dos maus tratos infantis podem ser diversas, podendo afetar vários domínios do desenvolvimento das crianças (nomeadamente o domínio físico, afetivo, comportamental, cognitivo), ou mesmo afetar todo o seu desenvolvimento. A investigação tem demonstrado que a violência contra as crianças é prejudicial, em inúmeros aspetos, para o seu desenvolvimento e funcionamento (incluindo psicológicos, sociais e físicos) podendo ter impactos para toda a vida (Unicef, 2014).

Segundo o autor Sani (2006), existem indicadores, muitos importantes de vulnerabilidade aos maus tratos infantis, sendo que na sua opinião, os mais pertinentes são: a história familiar, contexto socioeconómico das famílias, história de violência familiar. Assim sendo, o mesmo ainda conclui que, as crianças que testemunham a violência interparental e são simultaneamente vítimas de abuso físico apresentam níveis significativamente mais altos nos problemas comportamentais de exteriorização do que as crianças somente expostas à violência entre os pais. Desta tipologia de comportamento parental pode resultar danos na saúde ou no desenvolvimento físico e psicológico do menor. (Sani, 2006:859).

Segundo Magalhães (2005:71-79), e à luz da LPCJP (Lei 147/99), o sistema de intervenção e proteção às crianças e jovens é constituído por diversas fases. Numa primeira fase existe a suspeita ou deteção da situação de risco, passando depois por outros procedimentos como a sinalização, avaliação, investigação, diagnóstico, medidas de promoção dos direitos e de proteção e a fase de coordenação e acompanhamento de caso.

Nas situações de risco, a legitimidade da intervenção circunscreve-se aos esforços para superação do mesmo, tendo em vista evitar o eclodir do perigo, através de políticas, estratégias e ações integradas dirigidas à população, em geral, ou específicas para crianças e jovens em situações familiares, habitacionais, ambientais, escolares, sanitárias, sociais, culturais e económicas que, pela sua precariedade, criem condições de especial vulnerabilidade. O risco poderá passar a perigo quando estes aspetos assumem uma maior gravidade. Considera-se existir perigo sempre que se objetiva uma situação

que, antes, era de risco, devido a insuficiência ou falência de fatores protetores, em particular durante as crises de vida (Maus Tratos em Crianças e Jovens; Direção-Geral da Saúde; 2011).

O efeito dos fatores de risco é diferente em cada família, consoante os recursos ou fatores protetores/ compensatórios que dispõem. Fatores de risco, e Fatores de proteção, são variáveis individuais (físicas e psicológicas) familiares, sociais e culturais, que podem ser respetivamente, fatores inibidores ou facilitadores do adequado desenvolvimento das crianças e que têm de ser considerados caso a caso (Promoção e Proteção dos Direitos da Criança). Neste sentido, a avaliação do risco/perigo deverá, assim, não apenas determinar a severidade da negligência, mas também permitir o conhecimento sobre as dinâmicas familiares e suas condições materiais de existência que conduziram à situação de risco ou perigo (White e Walsh, 2006).

Tal como defende Gomes (2010) é absolutamente imprescindível para quem pretende trabalhar com famílias negligentes avaliar os “fatores determinantes e explicativos das suas vulnerabilidades. É a identificação destes fatores e destas vulnerabilidades que irá permitir o adequado ajuste entre o diagnóstico e as medidas a propor” (Gomes, 2010: 68-69).

Segundo a LPCJP (Lei nº 147/99), artigo 3º nº1, a intervenção para promoção dos direitos e proteção das crianças e do jovens em perigo tem lugar quando os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto ponham em perigo a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento, ou quando esse perigo resulte de ação ou omissão de terceiros ou das próprias crianças ou dos jovens a que aqueles não se oponham de modo adequado a removê-lo.

Considera-se que uma criança está em perigo: “a) Está abandonada ou vive entregue a si própria; b) Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais; c) Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal; d) Está aos cuidados de terceiros, durante período de tempo em que se observou o estabelecimento com estes de forte relação de vinculação e em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais; e) É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento; f) Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional; g) Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação” (artigo 3º nº2 da LPCJP).

#### **1.4. A importância da Prevenção e Intervenção em Educação Parental**

As mudanças recentes ocorridas no tecido social e familiar têm vindo a constituir-se como fatores que estimulam o desenvolvimento de iniciativas de Educação Parental, em virtude dos novos desafios que acarretam para a forma como se vive em família nos dias de hoje. Todos somos responsáveis pela prevenção dos maus tratos às crianças. Segundo Ornelas (2008), numerosos estudos salientam que a

importância dada à prevenção, em muito contribui para o crescente interesse acerca dos recursos e apoios existentes na comunidade, de forma a aumentar as capacidades individuais e, por conseguinte, reduzir a falta de adaptação e o desajustamento.

Magalhães (2005) sublinha que, em todo o processo de proteção da infância, a prevenção dos maus-tratos constitui a prioridade fundamental. Na prevenção, consideram-se três níveis: a prevenção primária (prestação de serviços à população em geral, tendo como finalidade evitar a manifestação de situações de maus-tratos); a prevenção secundária (despistagem de grupos sociais, famílias ou indivíduos que possuem um conjunto de características específicas que permitirão classificá-los como sendo de alto risco para o desenvolvimento do fenómeno dos maus-tratos); a prevenção terciária (prestação de serviços a vítimas de maus-tratos para minorar a gravidade de sequelas, procurando-se a reabilitação das vítimas) (cf. Magalhães, 2005 e Azevedo; Maia, 2006).

Deste modo, a educação parental pode desempenhar um papel fundamental no âmbito dos vários tipos de prevenção, proporcionando a melhoria do exercício da função parental em famílias com menor capacidade neste domínio, contribuindo assim, para que não se desencadeiem situações de perigo mais graves. É prevenindo de uma forma mais eficaz e precoce, o mau trato ou negligência, que se criam assim oportunidades para que as famílias adquiram competências, que lhes permitam mobilizar fontes de recursos e apoios necessários para serem bem-sucedidos.

Uma intervenção que vise “realizar o superior interesse das crianças” (Convenção sobre os Direitos da Criança, art.º 3º), constitui um dos princípios primaciais, e é um princípio transversal a todas as áreas que envolvam o trabalho com crianças e jovens. Para que as mesmas não estejam expostas a situações de risco, desenvolver um trabalho educativo junto das famílias apresenta-se como uma das soluções possíveis, fundamentalmente ao nível da prevenção.

A prevenção de futuras situações que ponham em perigo a segurança, o bem-estar, e o desenvolvimento harmonioso das crianças, através de um trabalho de prevenção, poderá fazer diminuir consideravelmente a necessidade da retirada das crianças do seu meio envolvente, uma vez que trabalhando as causas do problema evita-se a procura de respostas provisórias (institucionalização) para as suas consequências, como o caso dos CAT's (Centros de Acolhimento Temporário). Desta forma promove-se o regresso das crianças/Jovens às famílias (meio natural envolvente). As famílias devem ser vistas como um meio acolhedor por parte de uma criança, um meio capaz de garantir segurança plena e sobretudo de corresponder em tudo às exigências dos primeiros anos de vida. Nessa fase de vida das famílias, a ligação entre os seus diferentes membros, surgem como elementos centrais no processo de socialização e equilíbrio emocional.

Sendo as famílias, um elemento natural, fundamental da sociedade e meio natural para o crescimento e bem-estar de todos os seus membros, em particular das crianças e jovens, devem estas, receber a proteção e a assistência necessária para desempenhar plenamente o seu papel na comunidade, reconhecendo inclusive, que é no seio familiar que deverá prevalecer um ambiente familiar apropriado, para que a criança ou jovem se possa desenvolver, plenamente e em harmonia (Ramião, 2004:238).

Segundo a lei de LPCJP (Lei nº 147/99, de 01/09), é fundamental criar os mecanismos de intervenção necessários para assegurar o desenvolvimento integral das crianças e dos jovens em risco ou perigo, sempre que o seu bem-estar está comprometido ou ameaçado, proporcionando desta forma as condições que permitam proteger e promover a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral, garantindo a recuperação física ou psicológica das crianças e jovens, vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso. É por tal motivo, que cada vez mais se exige uma intervenção *in loco*, junto do grupo familiar, uma vez que, só mudando a mentalidade e alertando para as consequências da negligência, é que será possível uma intervenção eficaz na diminuição da mesma. Desenvolver um trabalho educativo junto das famílias apresenta-se como uma das soluções possíveis, fundamentalmente ao nível da prevenção.

De acordo com a LPCJP, contempla no 41º artigo a Educação Parental, “(...) os pais e ou familiares a quem a criança ou o jovem sejam entregues, podem beneficiar de um programa de formação visando o melhor exercício das funções parentais”. Uma das recomendações do Conselho da Europa (2006, *cit.* Fernandes, 2011), para melhorar a ação dos pais na educação dos seus filhos, é a utilização desta Parentalidade positiva.

Os programas de promoção das competências parentais, focam-se geralmente em conteúdos relativos à relação educativa e à satisfação dos direitos e necessidades das crianças (Abreu-Lima *et al.*, 2010), promovendo práticas parentais positivas, nomeadamente a sua consciência, disciplina apropriada, respeito pela individualidade das crianças, suporte emocional, reforço dos comportamentos de aprendizagem e responsividade adequada às necessidades das crianças (Peirson, Larendau, & Chamberland, 2001).

As intervenções em educação parental devem ter sempre em conta o momento social, cultural e político do contexto em que se desenvolvem, o nível social, cultural e económico das famílias envolvidas, a sua religião, as suas necessidades idiossincráticas, percecionadas como discrepâncias entre o estado atual e o desejável. Esta análise atenta e a adequação do programa/projeto a cada realidade são fundamentais para o seu sucesso (Sampaio, 2011:30).

Os programas de educação dos pais podem também ser classificados em dois grupos: a) aqueles com acesso universal, destinados a todos os pais e mães e projetados para informá-los e prepará-los para seus deveres e responsabilidade; e b) aqueles com acesso limitado, que, na maioria das vezes, visam um certo tipo de família, a maioria em risco para o menor ou para a estabilidade da família (Martín, 2005).

Segundo Costa (2000:92), “A intervenção pode ser feita ao nível do subsistema parental, com base na educação parental através de diferentes abordagens (Cognitivo comportamentais, humanistas, psicodinâmicas, construtivistas...) no sentido de promover competências parentais adequadas para a prestação de cuidados necessários ao desenvolvimento dos filhos”.

Torna-se neste sentido importante, promover programas de Educação Parental, de caráter informativo e de caráter preventivo, proporcionando aos pais as informações necessárias para promoverem, estimularem e desenvolverem suas competências parentais básicas, tais como:

alimentação, higiene e segurança das crianças, entre outras como as competências de vida, onde se inclui a gestão doméstica e financeira, procura de emprego, formação profissional, etc., para que se possa reestruturar a dinâmica relacional da família.

De acordo com Coutinho, Seabra-Santos e Gaspar (2012) quando se fala em educação parental referimo-nos a uma variedade de intervenções desenhadas com o objetivo primordial de promoção de estratégias parentais positivas e eficazes, capacitando os pais para um melhor exercício da sua Parentalidade e otimizando, assim, o desenvolvimento saudável dos seus filhos.

Assim a identificação da necessidade, da criação de uma intervenção eficaz e positiva junto das famílias, poderá conduzir a um outro tipo de soluções, que não a retirada da criança /jovem, ainda que temporariamente do seu seio familiar. Segundo Alarcão, estas famílias “também têm recursos e competências que importam utilizar e ativar”. Embora seja um facto que, tais recursos e competências estejam “adormecidos” pois segundo a referida autora, “o sistema familiar parece ter dificuldade em transformar as crises em oportunidades de transformação e crescimento, antes as considerando como emergência e considerando-as em avarias (...)”. (Alarcão, 2006:326).

Neste contexto, como alternativa à separação das famílias e/ou institucionalização das crianças, a preservação familiar tem sido apontada como a estratégia potencialmente mais adequada no trabalho com pais negligentes (e.g., Caldera et al., 2007; Fernández *et al.*, 2003; Martins, 2005; Palacios, 2003; Rodrigo, Máiquez, Correa, Martín, & Rodríguez, 2006). A intervenção junto destas famílias assume assim particular relevância social, como estratégia para evitar a rutura definitiva (Martins, 2005; Tribuna & Relvas, 2002).

Para além de se apresentar como uma alternativa à institucionalização cujas consequências psicológicas, sociais e económicas se encontram largamente documentadas, a intervenção com famílias negligentes procura constituir-se como uma resposta eficaz na redução e/ou extinção das próprias práticas parentais abusivas, que podem representar um risco (ou perigo) para as crianças que, após sinalizadas, permanecem no seu agregado familiar.

### **1.5. O Serviço Social e o papel do Assistente Social**

Podemos definir Serviço Social como Ciência Social que visa melhorar a qualidade de vida e o bem-estar de todos os cidadãos na sociedade, desenvolve uma intervenção voltada para a promoção de competências e habilidades sociais da pessoa com o objetivo de orientá-la a ganhar autonomia e participação efetiva na mudança do seu status socioeconómico como sujeito jurídico na comunidade onde vive (Ferreira e Álvarez-Pérez; 2017). Neste sentido, podemos designar que o Serviço Social tem como objetivos fundamentais: aumentar a autonomia das pessoas (ajudar a aceder aos direitos sociais); adquirir a cidadania (participação ativa na vida democrática); criar ou restaurar o vínculo social.

O Serviço Social assume algumas orientações possíveis em sua intervenção tais como: um executor de políticas públicas e sociais; um tecnocrata a serviço da burocracia institucional; um especialista que

intervém com as pessoas no reforço da sua autoestima, do seu empoderamento, dos ganhos de novas competências de autonomia de vida, estabelecendo redes de cooperação na resolução do problema e associando recursos formais (medidas de políticas públicas e sociais), e recursos informais (rede de proximidade e família), Ferreira, J. & Álvarez-Pérez P. (2017).

Segundo a “Declaração de Princípios para o Serviço Social”, aprovada em Dublin, em 2018, nas Assembleias Gerais da Federação Internacional dos Assistentes Sociais e da Associação Internacional de Escolas de Serviço Social (FIAS/AIESS): “O Serviço Social é uma profissão de intervenção e uma disciplina académica que promove o desenvolvimento e a mudança social, a coesão social, o empowerment e a promoção da Pessoa. Os princípios de justiça social, dos direitos humanos, da responsabilidade coletiva e do respeito pela diversidade são centrais ao Serviço Social.” (APSS 2018). Reconhecendo a globalidade, complexidade e densidade dos fenómenos sociais, os assistentes sociais, assumem deste modo, um papel primordial nos processos de intervenção social, que visam potenciar capacidades e recursos e contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações.

Neste sentido, sendo uma atividade de mediação interpessoal, é fundamental que os assistentes sociais tenham consciência dos valores e sólidos conhecimentos dos Direitos Humanos, para que lhe possam servir de orientação nas múltiplas situações de conflito que surgem na prática, pois uma análise deficiente poderia colocar em causa os direitos do cidadão. A defesa de tais direitos deverá assim fazer parte integrante do Serviço Social.

Segundo a Organização das Nações Unidas (1999:26), “Os Direitos Humanos são inseparáveis da teoria, dos valores, deontologia e prática do Serviço Social. Os valores correspondentes às necessidades humanas têm de ser garantidos e promovidos, e encarnam a justificação e motivação que presidem à ação do Serviço Social.”

Trabalhando no âmbito de diferentes sistemas políticos, os assistentes sociais garantem e defendem os direitos dos utentes individuais ou coletivos, ao mesmo tempo que tentam satisfazer as suas respetivas necessidades. Segundo Ferreira e Álvarez-Pérez (2017), o Serviço Social deve assumir um papel preventivo que inclua a sua dimensão política de proatividade e mudança social, intervindo por um lado, nos ganhos das competências da pessoa, mas também no desenvolvimento ambiental e ecológico das comunidades locais, fortalecendo o seu tecido económico e industrial e rentabilidade dos recursos locais, fazendo propostas de empreendedorismo e iniciativas criativas.

No exercício da sua profissão, os assistentes sociais aplicam um referencial teórico das dimensões científicas do Serviço Social (Princípios e Valores), num quadro do estado social e das políticas públicas e com base nos contextos sociais, culturais e pessoais dos sujeitos de intervenção, tendo como pilar dos seus fundamentos éticos as questões dos direitos humanos, da justiça social, da dignidade humana, e da autodeterminação do sujeito enquanto pessoa/cidadão. São os Direitos Humanos e a Justiça Social que motivam e legitimam a sua ação na promoção da inclusão e integração social.

Neste sentido, a consciência ética é uma componente indispensável da prática profissional de todos os assistentes sociais. A sua capacidade de proceder em conformidade com a Ética é um aspeto essencial

à qualidade do serviço que é prestado aos utentes. A “Ética no Serviço Social – Princípios e Valores”, é composto por dois documentos: “Declaração Internacional dos Princípios Éticos do Serviço Social” e “Código de Deontologia em Serviço Social”. Estes documentos indicam os princípios éticos base, da profissão de assistentes sociais e recomendam os procedimentos nela a adotar, face não só às situações problema, como ao relacionamento profissional com os utentes, assim como os colegas e outros intervenientes sociais. Este documento será a base de um processo contínuo de análise, de reflexão e de reformulação entre a prática e a teoria.

O grande desafio por parte dos assistentes sociais será criar condições para que as pessoas, grupos e famílias usufruam dos seus direitos, tenham acesso aos recursos, participem socialmente e sejam protagonistas das suas próprias vidas e da sociedade onde se inserem, sejam no fundo cidadãos, autónomos e responsáveis.

Neste sentido, a profissão de assistente social, exige qualidades morais, de autocritica, de domínio sobre si, de paciência, de bom senso e visão mais larga (Vieira, 1969:336). Esta característica irá permitir-lhe perceber e responder às necessidades, problemas, emoções, preferências e maneiras de pensar de outra ou outras pessoas.

No âmbito de um trabalho em Educação Parental, os profissionais devem acreditar na mudança humana, serem criativos e abertos às constantes adaptações, servindo de recurso e suporte às famílias, ou seja, funcionarem como catalisadores, criando oportunidades para que estas possam exercer as suas competências com vista a responder às suas próprias preocupações e prioridades. “É importante, neste processo, que o meio, nomeadamente os técnicos, ajudem o sistema familiar a enfrentar a crise e a desenvolver as mudanças necessárias. É óbvio que os técnicos não podem dizer às famílias o que deve fazer, mas podem ajudá-las a amplificar as suas flutuações de tal forma que a mudança se torne irreversível e surja um novo padrão relacional”. (Madalena Alarcão,2006:98).

Estas famílias deverão, portanto, ser acompanhadas a dois níveis essenciais: ao nível de acompanhamento psicossocial, e, ao nível de acompanhamento socioeconómico. O acompanhamento psicossocial das famílias visa pôr termo a situações problemáticas, devendo, por isso, assentar numa relação de reciprocidade entre os técnicos e as famílias, com vista à promoção de condições facilitadoras da sua inserção no meio social (fortalecer as redes de suporte informal, nomeadamente com vizinhos, amigos, parentes) e, elaboração conjunta de um projeto de vida. No que se refere ao acompanhamento socioeconómico, os técnicos poderão, por exemplo, ajudar no despiste e encaminhamento de casos de desemprego (fortalecer as redes de suporte formal, nomeadamente profissionais).

## **1.6. A importância das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens e o Sistema de Proteção**

Nos termos do disposto Lei nº147/99 de 1 de setembro, a comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), é uma instituição oficial, não judiciária, com autonomia funcional, implementadas por concelho, que visam proteger e promover os direitos das crianças e dos jovens e prevenir ou pôr termo

a situações suscetíveis de afetar o seu desenvolvimento. Esta intervenção está concedida de modo a potenciar o papel das famílias, mediante o reforço e aquisição de competências por parte dos pais, do representante legal ou de quem tenha a guarda de facto das crianças ou dos jovens, de forma a permitir a manutenção ou regresso desta à sua família natural.

De acordo com Martins (2004), estas instituições são importantíssimas na nossa sociedade, uma vez que são capazes de realizar um trabalho imprescindível no âmbito da prevenção de situações de risco de famílias sinalizadas, fundamentalmente pelo trabalho de cooperação entre os diversos membros da comunidade que as envolvem.

O sistema de proteção contempla um conjunto vasto de serviços e entidades envolvidas na promoção e proteção das crianças. O princípio da subsidiariedade, definiu a intervenção das diferentes entidades com competência em matéria de infância e juventude, no âmbito da promoção dos direitos das crianças em situação de risco/perigo.

A atual estrutura do nosso Sistema de Proteção de Infância e Juventude, como se pode verificar na Figura 1.1. – “Intervenção Subsidiária no Perigo – Pirâmide da Subsidiariedade” (Lei Proteção Crianças e Jovens em Perigo, art.º 4º), evidencia a corresponsabilização de todos os atores sociais deste sistema, espelhando a Proteção da Infância e Juventude não como uma área sectorial, mas como uma área transversal a todos os que trabalham com crianças e/ou suas famílias.

**Figura 1.1**  
**1ª Figura do Capítulo 1**  
**Intervenção Subsidiária no perigo**



Fonte : Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ 2018 CPCJ Esquema adaptado do Guia de Orientações para Profissionais da Ação Social na Abordagem de Situações de Maus-Tratos ou Outras Situações de Perigo.

A proteção deixa de ser vista como uma ação individual, para passar a assumir o seu caráter psicossocial e sociofamiliar. Reconhece-se que a proteção de uma criança não pode ser feita isoladamente, mas supõe a intervenção junto da família e do meio envolvente, isto porque uma parte substancial das condições comprometedoras do desenvolvimento das crianças, é gerada nas famílias, e nas situações e problemáticas sociofamiliares.

Desta forma, as CPCJ'S desempenham um papel ativo na sociedade, uma vez que lhes é incumbida a função de intervenção e principalmente prevenção para que sejam propiciadas às crianças todos os

direitos que lhe são expressamente destinados. Deste modo, sendo as famílias as primeiras instâncias como agentes de socialização das crianças ou jovens, logo é extremamente relevante que as CPCJ'S intervenham junto dos pais, de forma a capacita-los, desenvolvendo competências parentais que sejam ferramentas essenciais para que as necessidades das crianças, estejam asseguradas.

Apesar da educação para a Parentalidade ter, na sua conceção, uma função preventiva, ela tem também desempenhado um papel reparador, pois os tribunais, os serviços sociais e/ou os serviços de saúde, têm-na considerado uma estratégia adequada para responder a alguns dos problemas que mais afetam as famílias ditas de risco (Brock, Oertwein & Coufal, 1993).

É importante ainda promover ações de sensibilização para os direitos das crianças e jovens, para o seu papel ativo e importante na sociedade/comunidade, alertando ainda as instituições e serviços que prestam apoio à infância de que o problema da negligência não é apenas um problema familiar e nunca deverá ficar encerrado em si mesmo. Trata-se, portanto, de um problema não só comunitário, que importa resolver, unindo esforços entre instituições, e as famílias, para que se prestem todos os apoios que estiverem ao seu alcance das instituições às famílias disfuncionais.



## CAPÍTULO 2

### 2. Diagnóstico Social

Segundo Guerra (2000:131), “Se o enquadramento teórico é indispensável à elaboração do diagnóstico, não é possível formular uma intervenção sem uma boa colheita de informação, levada a cabo a partir de fontes de informação diversificadas. O diagnóstico baseia-se em informações exógenas do local, mas também em informações endógenas de carácter quantitativo ou qualitativo. Um bom diagnóstico garante a adequabilidade das respostas às necessidades locais, e é fundamental para garantir a eficácia de qualquer projeto de intervenção”.

De acordo com Espinoza (1986:77), “O diagnóstico prévio à formulação de um projeto é o reconhecimento que se realiza, no próprio terreno em que se projeta a execução de uma ação determinada, dos sintomas ou signos reais e concretos de uma situação problemática”. O que é realmente necessário é que a análise da necessidade se faça em extensão e em profundidade, ou seja, não basta que a necessidade seja sentida, deve constatar-se com base em dados concretos até onde é real ou imaginária.

Neste sentido, atendendo ao exposto anteriormente, todo o processo de elaboração do presente diagnóstico, foi realizado com base em pesquisa, análise e reflexão criteriosa sobre a literatura apresentada no respetivo enquadramento teórico, assim como numa metodologia de participação indireta (observação), processo de recolha de dados estatísticos, e análise de informações já existentes, disponibilizadas pelos Serviços de Ação Social (CPCJ) do Município do Cartaxo, que mediante um cruzamento de dados de informação, me permitiu obter uma melhor compreensão e consciencialização da realidade social local.

Deste modo, tendo como linhas orientadoras o exposto anteriormente, o presente diagnóstico incide sobre o respetivo concelho do Cartaxo, uma vez que se sente a necessidade de uma resposta no processo de desenvolvimento em competências parentais, aquando da intervenção por parte das CPCJ, nos processos Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. Embora as famílias sejam acompanhadas pelos gestores de casos, a intervenção junto dos pais é escassa, sem resultados eficazes, ou seja, não existe uma resposta de intervenção familiar que apoie e promova condições nas famílias, e que potencie os recursos necessários à manutenção das crianças e jovens nos seus agregados de origem.

Neste sentido, o presente diagnóstico permitirá efetivar o levantamento e listagem de problemas, a sua compreensão, definição de estratégias, de modo a permitir caracterizar as principais potencialidades e constrangimentos, assim como recursos existentes, tornando assim possível a identificação e priorização das problemáticas de intervenção.

Porque vivemos numa sociedade dinâmica, onde se verificam constantes mudanças, quer de cariz demográfico, socioeconómico ou político, o Diagnóstico Social constitui um instrumento aberto, devendo ser encarado como um processo inacabado que deverá evoluir em constante adequação com a realidade identificada. Neste sentido, deverá ser considerado um processo monitorização/avaliação que

permitirá uma permanente e continuada aferição da clarividência e eficácia das necessidades identificadas, por forma a que seja possível a deteção precoce de eventuais desajustamentos e que atempadamente se configurem as soluções adequadas.

A recolha de informação foi realizada em quatro fases. Numa primeira fase procedeu-se a uma breve contextualização geográfica e demográfica do concelho do Cartaxo. Seguidamente, para que possa ter uma noção a nível macro, foram recolhidos alguns dados estatísticos, sobre as problemáticas diagnosticadas e medidas aplicadas pelas CPCJ a nível nacional durante o ano de 2019.

Numa terceira fase, procedeu-se à recolha de informação, análise e reflexão, relativamente às problemáticas e medidas aplicadas inerentes ao concelho do Cartaxo, analisando a média mensal de processos ativos no distrito de santarém, procedendo também a uma análise comparativa das medidas aplicadas no concelho do cartaxo com as medidas aplicadas a nível macro (nacional). Por último, e numa quarta fase, foi efetivada uma breve avaliação e priorização de problemáticas identificadas, mediante a realidade previamente diagnosticada.

## 2.1. Contextualização geográfica, demográfica e familiar do Concelho do Cartaxo

Com uma área aproximada de 158,18 Km, o concelho do Cartaxo é um dos 21 concelhos que constituem o distrito de Santarém, representando aproximadamente 2,5% deste, sendo deste modo composto por 6 freguesias: Pontével, Valada, Vale da Pedra, Vila Chã de Ourique, União de freguesias do Cartaxo e Vale da Pinta e União de Freguesias Ereira e Lapa.

Figura 2.1.

1ª Figura do Capítulo 2

Freguesias do concelho do Cartaxo

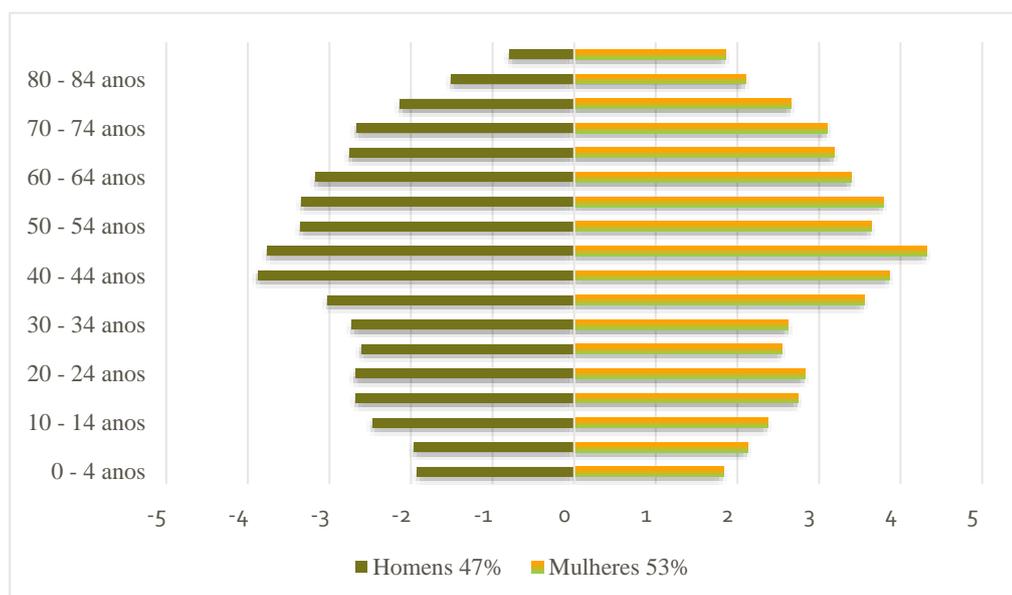


Fonte: Cartaxo (Concelho) - Visitar Portugal

No que diz respeito à população residente no concelho, o Cartaxo em 2009 tinha um total de 24 463 habitantes, sendo que em 2019, o valor reduziu para 23 843 habitantes. Este valor representa uma diminuição populacional de 620 indivíduos, com variação percentual de -0,025%.

O envelhecimento demográfico é particularmente evidente quando se observa a Pirâmide Etária (Gráfico 1.2.) do concelho do Cartaxo. Com efeito, é notório o fenómeno de duplo envelhecimento, quer na base (devido à quebra da taxa de natalidade) quer no topo da pirâmide (devido ao aumento da proporção de idosos, reflexo, em parte, do aumento da esperança média de vida). O número de mulheres evidencia-se um pouco superior ao número de homens. Podemos verificar que de um total de 23 843 habitantes, 12 526 (53%) pertencem ao sexo feminino, e 11 317 (47%) pertencem ao sexo masculino.

**Gráfico 2.1.**  
**1º Gráfico do Capítulo 2**  
**Pirâmide Populacional**



Fonte: INE (Instituto Nacional de Estatística)

Relativamente ao índice de dependência de jovens, como podemos verificar no respetivo quadro 2.1., o concelho do Cartaxo em 2019 possui um índice de 19,7%, valor este que se apresenta inferior aos valores apresentados no continente e na Região da Lezíria do Tejo. Verifica-se que o índice de dependência dos jovens em 2019 reduziu um pouco relativamente ao ano 2001 e 2011.

**Quadro 2.1.**  
**1º Quadro do Capítulo 2**  
**Índice de Dependência de Jovens – Rácio %**

Territórios	Índice de dependência de jovens		
	2001	2011	2019
Continente	23,7	22,6	21,2
Lezíria do Tejo	21,9	23,2	20,6
Cartaxo	21,4	22,8	19,7

Fonte PORDATA

No que diz respeito ao índice de dependência de idosos, conforme nos apresenta o quadro 2.2., podemos verificar que desde o ano 2001 que existe um aumento do peso do grupo etário dos 65 ou mais anos. No ano de 2011 este índice era de 31,9%, passando em 2019 para 35,1%. Este aumento também se pode constatar no território Continental com 34,8% e na Lezíria do Tejo 38,4%.

**Quadro 2.2.**  
**2º Quadro do Capítulo 2**  
**Índice de Dependência de Idosos – Rácio %**

Territórios	Índice de dependência de idosos			
	Anos	2001	2011	2019
Continente		24,6	29,0	34,8
Lezíria do Tejo		30,4	34,2	38,4
Cartaxo		27,5	31,9	35,1

Fonte PORDATA

Segundo os dados dos Censos de 2011, conforme apresentado no quadro 2.3., o número de famílias no concelho do cartaxo, em 2001 perfaz um valor total de 8 894 famílias, sendo que em 2011 o número total era de 11 601 famílias, havendo deste modo um aumento percentual de 14%.

**Quadro 2.3.**  
**3º Quadro do Capítulo 2**  
**Famílias (Nº) por Local de Residência**

Período de referência dos dados	Famílias (N.º) por Local de residência; decenal							
	Local de residência							
	Cartaxo	Ereira	Lapa	Pontével	Valada	Vale da Pinta	Vila Chã de Ourique	Vale da Pedra
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
2011	4567	255	466	1729	340	508	1060	665
2001	4170	240	388	1560	350	531	1040	615

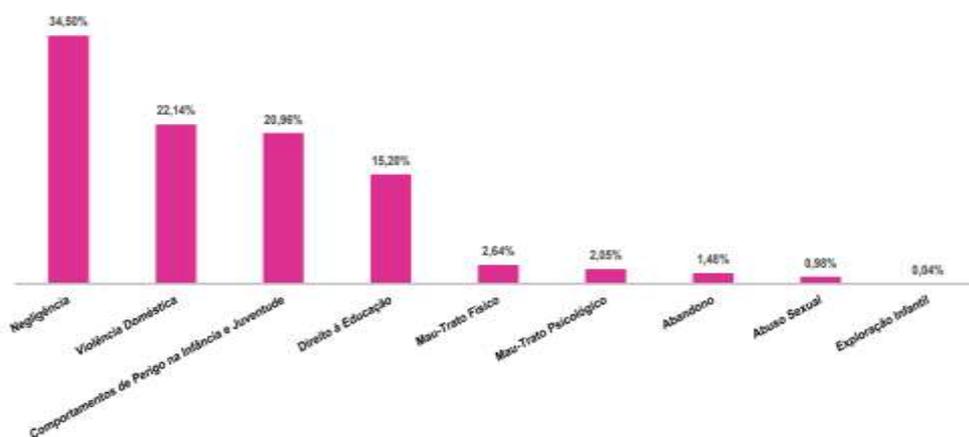
Fonte: INE (Instituto Nacional de Estatística) – Censos 2011

## 2.2. Principais problemáticas identificadas CPCJ – Nível Macro (Nacional)

Durante o ano de 2019, foram recebidas cerca de 43 796 comunicações a nível nacional. De acordo com o artigo 3.º da LPCJP que legitima a intervenção das CPCJ, foram realizadas 13 825 avaliações diagnósticas, destacando-se como principais situações de perigo: a negligência (34,5%), a violência doméstica (22,14%) e os comportamentos de perigo na infância e juventude (20,96%).

Deste modo, foram aplicadas 14 249 medidas de promoção e proteção, sendo o apoio junto dos pais a medida mais aplicada. De acordo com dados estatísticos oficiais, a prevalência de situações de negligência em Portugal tem constituído um dos principais motivos de abertura de processos de promoção e proteção pelos serviços de proteção de menores. Conforme apresentado no gráfico 2.2., a negligência assume a primeira posição nos diagnósticos realizados a nível nacional, sendo que a categoria de perigo de violência doméstica assume, no ano em análise, o segundo lugar.

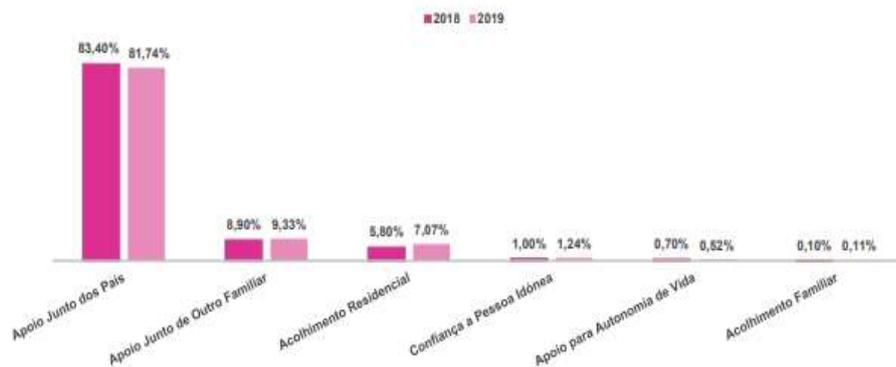
**Gráfico 2.2.**  
**2º Gráfico do Capítulo 2**  
**Categorias de perigo diagnosticadas em 2019**



**Fonte:** Avaliação da Atividade das CPCJ – Relatório Anual 2019

Tendo em consideração os dados apresentados (Gráfico 2.3.), podemos verificar que a medida de “apoio junto dos pais” representa cerca de 81,74% das medidas aplicadas pelas CPCJ, ao contrário do acolhimento institucional, que se aplica em apenas 7,7% das situações (Relatório CPCJ, 2019). Estes indicadores sugerem a crescente prevalência de estratégias de preservação familiar fundamentadas no superior interesse das crianças e a sequente necessidade de desenvolver, implementar e avaliar programas de intervenção, promotores do desenvolvimento de competências parentais.

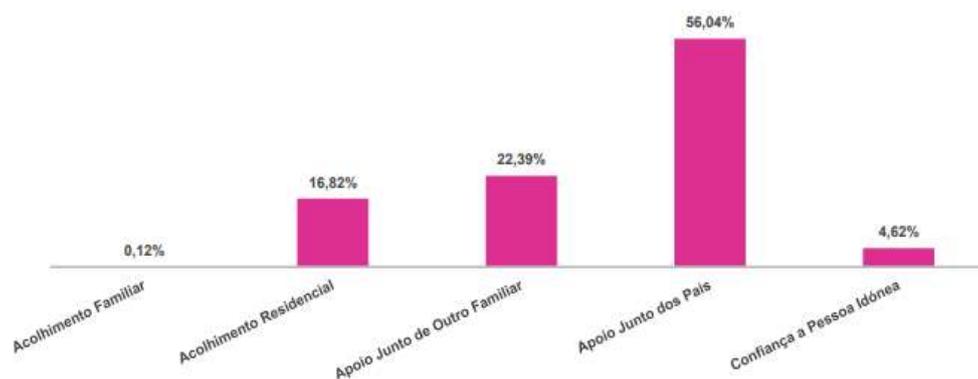
**Gráfico 2.3**  
**3º Gráfico do Capítulo 2**  
**Medidas aplicadas em 2018 e 2019**



**Fonte:** Avaliação da Atividade das CPCJ – Relatório Anual 2019

No decurso do ano de 2019, as CPCJ aplicaram 844 medidas de promoção e proteção a título cautelar (Gráfico 2.4.), destacando-se deste modo, a medida “Apoio Junto dos Pais” com 56,4%.

**Gráfico 2.4.**  
**4º Gráfico do Capítulo 2**  
**Medidas Cautelares -2019**

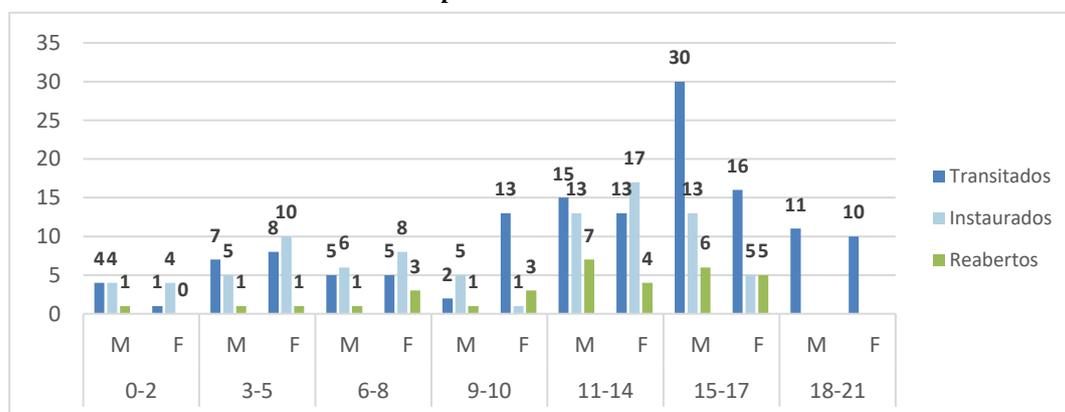


Fonte: Avaliação da Atividade das CPCJ – Relatório Anual 2019

### 2.3. Principais problemáticas identificadas – CPCJ do Concelho do Cartaxo

Conforme apresentado no respetivo gráfico 2.5., a CPCJ do município do cartaxo obteve durante o ano de 2019 o total de 414 processos de promoção e proteção de crianças e jovens. Do total de processos apresentados, podemos verificar que 136 são transitados, 95 instaurados e 35 reabertos, sendo que 19 em arquivo liminar e 129 arquivados. O escalão etário sobre o qual incide o maior número de processos, corresponde entre a faixa etária dos 11-14 anos, e dos 15-17 anos.

**Gráfico 2.5**  
**5º Gráfico do Capítulo 2**  
**Processos por escalão etário/ sexo - 2019**



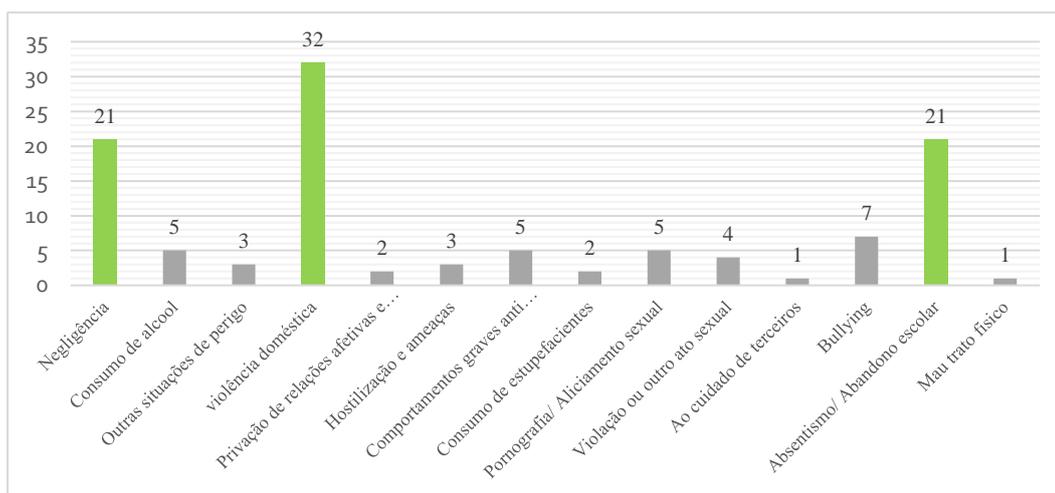
Fonte CPCJ Cartaxo – Relatório anual 2019

A violência doméstica constitui-se, em 2019, como a categoria de perigo mais comunicada, seguida da negligência e absentismo/abandono escolar. Conforme apresentado no gráfico 2.6, podemos constatar que no respetivo concelho, mediante as problemáticas apresentadas, destacam-se de um modo geral: a Violência Doméstica (29%), Negligência (19%), e Absentismo/Abandono escolar (19%).

**Gráfico 2.6**

**6º Gráfico do Capítulo 2**

**Categorias de perigo diagnosticadas na CPCJ – Município do Cartaxo - 2019**



Fonte CPCJ Cartaxo – Relatório anual 2019

Relativamente aos Acordos de Promoção e Proteção definitivos, foram celebrados 98 acordos, dos quais 75 são referentes a aplicação de medidas de promoção e proteção junto dos pais, 17 junto de outro familiar, 1 confiado a pessoa idónea e 5 em acolhimento residencial, sendo que estes são referentes a processos transitados, instaurados e reabertos relativamente ao ano de 2019 (CPCJ Cartaxo – Relatório anual 2019).

Para além das medidas referidas anteriormente, em situações específicas previstas na LPCJP, as CPCJ podem, excecionalmente, aplicar medidas a título cautelar, “enquanto procedem ao diagnóstico da situação da criança e à definição do seu encaminhamento subsequente, sem prejuízo da necessidade da celebração de um acordo de promoção e proteção” (art.º 37.º da LPCJP). Estas medidas aplicadas, têm a duração máxima de seis meses e devem ser revistas no prazo máximo de três meses. De acordo com o relatório anual de 2019, foram celebrados na CPCJ do cartaxo cerca de 21 acordos de promoção e proteção cautelares, sendo que 14 são referentes a aplicação de medidas de promoção e proteção junto dos pais, 6 junto de outro familiar e 1 em acolhimento residencial.

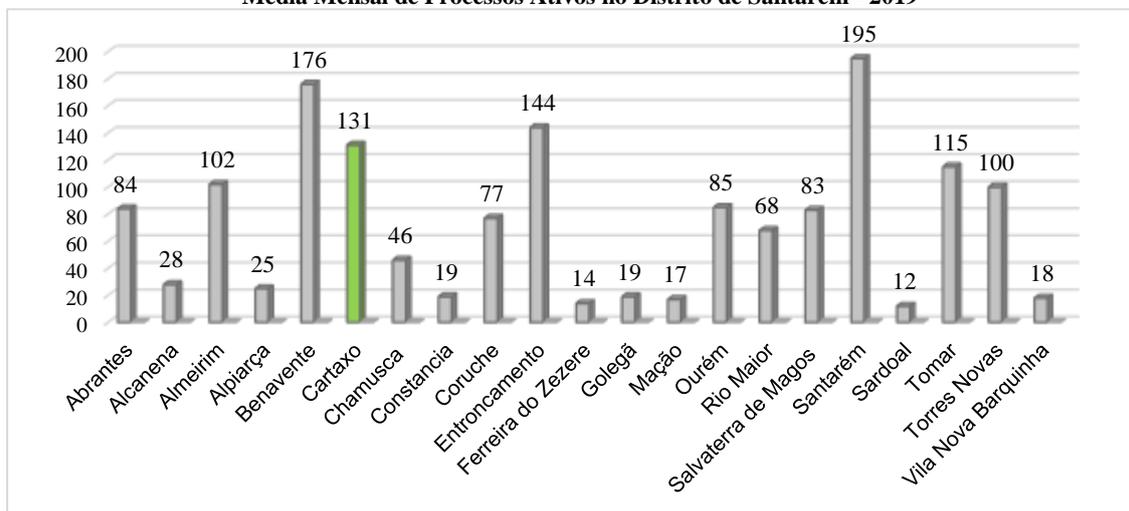
Relativamente à média mensal de processos ativos no distrito de santarém (gráfico 2.7), a qual é constituída por 21 concelhos, podemos verificar que durante o ano de 2019, o concelho do Cartaxo destaca-se na quarta posição, com uma média mensal de 131 processos ativos (8%). Numa primeira posição encontra-se Santarém com uma média mensal de 195 processos ativos (13%), seguindo o

concelho de Benavente com uma média mensal de 176 processos ativos (11%), e posteriormente o concelho do Entroncamento com uma média mensal de 144 processos ativos (9%).

**Gráfico 2.7**

**7º Gráfico do Capítulo 2**

**Média Mensal de Processos Ativos no Distrito de Santarém - 2019**



Fonte: Avaliação da Atividade das CPCJ – Relatório Anual 2019

Como podemos verificar no respetivo quadro 2.4., a medida mais aplicada no município do Cartaxo é o apoio junto dos pais, representando 56% das medidas aplicadas no ano de 2019, seguindo do apoio junto de outro familiar com 37%. O mesmo confere a nível macro (País), em que prevalece com 82% a medida de apoio junto dos pais. Mediante o exposto, os presentes dados revelam que os técnicos valorizam a permanência da criança ou jovem no seu seio familiar, evitando assim, deste modo a institucionalização ou famílias de acolhimento.

**Quadro 2.4**

**4º Quadro do Capítulo 2**

**Medidas aplicadas - comparação entre a CPCJ do Cartaxo e as CPCJ a nível nacional**

	<i>Nível Micro (Cartaxo)</i>	<i>%</i>	<i>Nível Macro (País)</i>	<i>%</i>
<i>Apoio junto dos pais</i>	45	<b>56</b>	11647	<b>82</b>
<i>Apoio junto de outro familiar</i>	30	37	1330	9
<i>Confiança a pessoa idónea</i>	1	1	176	1
<i>Apoio para autonomia de vida</i>	0	0,00	74	0,5
<i>Acolhimento familiar</i>	0	0,00	15	0,11
<i>Acolhimento em instituição</i>	5	6	1007	7
<b>Total</b>	81	100,00	14249	100,00

Fonte: Avaliação da Atividade das CPCJ – Relatório Anual 2019 / CPCJ Cartaxo – Relatório anual 2019

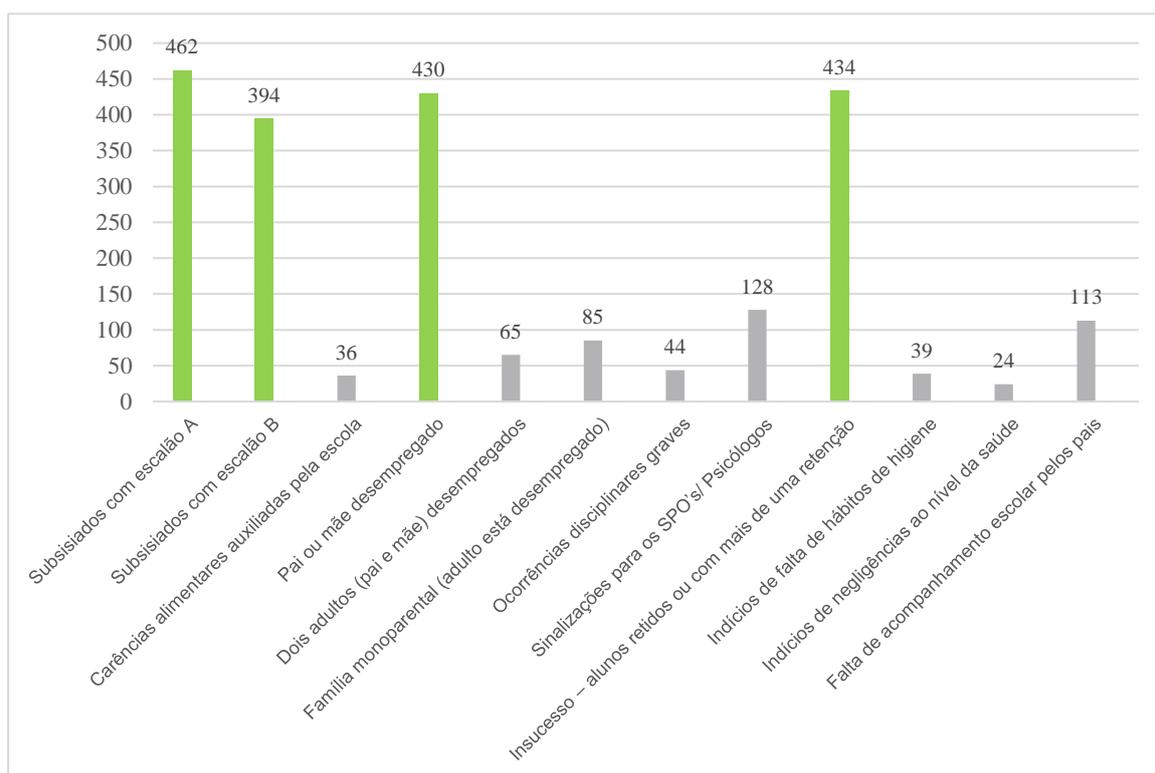
Conforme apresentado no respetivo gráfico 2.8., num universo de 2254 alunos inerentes aos dois agrupamentos de escolas do Município do Cartaxo, poderemos verificar que os números mais significativos dizem respeito a situações de carência económica. O número de alunos com escalão A, perfaz um total de 462 alunos (20%), sendo que no escalão B, o número de alunos incide num total de 394 alunos (17%). Relativamente à taxa de insucesso escolar, podemos verificar que 434 alunos (19%), já foram retidos ou tiveram mais de um ano de retenção.

Para além do exposto, verifica-se que 430 alunos (19%), têm um dos elementos do agregado familiar em situação de desemprego. Todos os outros indicadores com menor expressão, são variáveis interdependentes que poderão agudizar as situações de mal-estar infantojuvenil e vir a transformar-se em problemas maiores cuja resolução poderá ter como desfecho a instauração de processos de promoção e proteção.

**Gráfico 2.8**

**8º Gráfico do Capítulo 2**

**Dados recolhidos nos agrupamentos de escolas do Município do Cartaxo**



Fonte: Plano Local Estratégico e Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças do Município do Cartaxo 2014-2016

#### **2.4. Avaliação da realidade social**

Mediante o exposto, relativamente ao diagnóstico efetivado sobre a realidade social do concelho do Cartaxo, entende-se que, no que respeita à matéria de crianças e jovens, as principais áreas de intervenção identificadas são efetivamente:

- Maus tratos físicos e psicológicos (violência doméstica);

- Negligência parental;
- Abandono/Insucesso escolar;

Deste modo, apesar das várias problemáticas identificadas ao longo do presente diagnóstico, verifica-se que os principais problemas incidem sobre situações de negligência parental, instabilidade afetiva, emocional e comportamental que afetam muitas crianças/jovens, as quais têm implicações sérias ao nível de problemas de saúde mental, delinquência, e abandono/insucesso escolar, provocadas pela exposição aos conflitos e instabilidade familiares e mesmo a situações de violência. A situação de carência socioeconómica das famílias constitui também como um fator de risco, pela incapacidade para responder de forma adequada às necessidades dos filhos.

Este problema também é sentido nas escolas, sendo frequentemente caracterizados como perturbadores do contexto. A ausência de redes de suporte das famílias, assim como, as dificuldades de conciliação entre a vida profissional e familiar e a própria imaturidade e instabilidade das relações, bem como as dificuldades económicas, problemas de saúde e comportamentos associados a consumos, constituem fatores que contribuem para a falta de supervisão parental, desajuste das respostas dos pais às necessidades das crianças, dificuldades no estabelecimento de regras e limites, o que por vezes conduz à institucionalização de crianças/jovens. De referir que o consumo de substâncias psicoativas surge como causa e efeito de alguns destes problemas.

O abandono escolar precoce e o absentismo escolar surgem como consequência do desinteresse pela escola provocado pela não valorização dos percursos escolares por parte dos pais. A desvalorização que os pais e as famílias demonstram pelos estudos, tem efeitos sobre os jovens. Numa família onde não se valoriza a formação escolar, dificilmente o aluno se sentirá motivado para prosseguir os estudos. O abandono escolar constitui assim uma situação de desigualdade entre os que vivem curtos percursos escolares, fracassam e abandonam, e os que têm sucesso e vivem longos percursos académicos. É fundamental deste modo, promover maior participação das famílias no projeto educativo dos seus formandos, implementando ações de educação parental que promovam a valorização do envolvimento escolar, com o objetivo de desenvolver estratégias de prevenção e intervenção em comportamentos de risco e promoção do sucesso escolar.

Uma outra questão que se afigura como pertinente, diz respeito a problemas de saúde mental de vários jovens, o que compromete a sua estabilidade emocional. Este é um problema que decorre maioritariamente de enquadramentos familiares caracterizados por violência e conflitos e da insuficiência de desenvolvimento das competências parentais. O facto de existirem jovens com comportamentos de risco, estes podem resultar de fracos enquadramentos familiares e da falta de políticas concertadas e respostas adequadas, tendo implicações no aumento e/ou reprodução de padrões de exclusão ou risco social.

Mediante o exposto, compreende-se que o desenvolvimento de competências parentais poderá ter um papel ativo e primordial para colmatar estas necessidades, através de:

- Maior sensibilização junto das famílias;

- Desenvolvimento das competências parentais;
- Desenvolvimento de projetos junto das famílias;
- Criação de estratégias e grupos de trabalho para dar resposta aos problemas identificados.

Numa outra perspetiva de avaliação e análise, tendo em consideração as respostas sociais existentes no Município do Cartaxo, relativamente a nível de Programas de Educação Parental, verifica-se que existem dois programas de Educação Parental nos Serviços de Ação Social do respetivo município: o Programa “Mais família – Mais Criança” e o Programa “Mais Família – Mais Jovem”, que têm como finalidade:

- Programa “Mais família – Mais Criança” (Para pais de crianças dos 2 aos 8 anos de idade) – Este programa desenvolve estratégias que visam fortalecer a relação entre os pais e as crianças, promovendo a autorregulação destas. Assim, são abordados temas como o brincar, o treino de competências pré académicas, de persistência, sociais e emocionais, elogiar e recompensar comportamentos positivos, a resolução de problemas, o estabelecimento de rotinas e de limites claros, e como lidar com o mau comportamento sem desrespeitar as crianças.

- Programa “Mais Família – Mais Jovem” (Para pais de crianças/jovens dos 8 aos 18 anos de idade) – Este programa organiza-se em torno de situações problemáticas que desafiam estratégias educativas parentais, com o objetivo de melhorar o exercício parental e lidar com os desafios inerentes a esta fase do desenvolvimento.

Apesar da pertinência da aplicação deste tipo de programas nas famílias, os mesmos focam-se mais especificamente apenas em aspetos de âmbito relacional, como a melhoria da qualidade da relação pais-filhos, nas estratégias disciplinares dos pais, na assertividade e responsividade na aplicação de regras e disciplina (gestão de tensões/pressões, suporte emocional dos filhos, equilíbrio afetivo dos elementos do sistema).

Neste sentido, tendo em consideração as problemáticas identificadas, considera-se fundamental desenvolver nas famílias não só estes programas referidos, como reforçar também o desenvolvimento de competências parentais, com um outro conjunto de dimensões tais como, as competências pessoais, sociais e intrafamiliares, que interferem e proporcionam o funcionamento saudável das famílias.

A negligência parental, também está associada à privação de cuidados parentais às crianças relativamente a aspetos de ordem habitacional “espaço habitacional”, como a organização e gestão familiar, a alimentação, saúde e higiene e segurança sendo estas competências consideradas também pertinentes. De acordo com Cláudia Camilo e Vaz Garrido (2013:258), “é fundamental diminuir o nível de negligência física às crianças/jovens, desenvolvendo competências domésticas, educativas e relacionais dos pais, motivando-os para a organização e limpeza da habitação com vista a melhorar as condições de habitabilidade e para a gestão consciente do orçamento familiar, por forma a melhor suprir as necessidades básicas das famílias ao nível da alimentação, saúde, vestuário e higiene; e diminuir o nível de negligência educacional e falta de supervisão das crianças/jovens, implicando os pais nas rotinas diárias dos filhos, nomeadamente na vida escolar, apoiando-os na resolução de problemas de

comportamento e promovendo estilos parentais adequados, e promovendo espaços diários de comunicação e convívio familiar, com vista à interação positiva pais-filhos.”

Muitas destas famílias, não têm a percepção da importância do espaço habitacional, dos hábitos de arrumação e gestão familiar, apresentando comportamentos que se apresentam como desajustados. De acordo com Alarcão (2006), no que concerne ao espaço habitacional, “a miséria e a precariedade em que vivem algumas destas famílias é um espelho fiel da desorganização relacional e da amálgama emocional em que vivem os seus elementos. O estado de abandono e a precariedade das habitações são constantes. As casas onde vivem parecem espaços sem valor relacional, privadas de intimidade ou de qualquer outro tipo de reserva (...)”. (Alarcão, 2006:327). Assim como, é notória a dificuldade em gerir o dinheiro e definir prioridades para os gastos, sendo bastante usual faltar em casa bens de primeira necessidade, despendendo o dinheiro muitas vezes em “inúmeros objetos inúteis, caros e pouco utilizados, mas intensamente desejados.” (Alarcão, 2006:328)

Deste modo e seguindo um raciocínio lógico e empírico, a necessidade desta intervenção por si só, conduz não só à reinserção e manutenção das Crianças/Jovens no seu seio familiar, como também à própria organização habitacional.

Num processo de complementaridade ao exposto, e tendo em consideração o diagnóstico apresentado, compreende-se também que é fundamental proceder-se a uma sensibilização para os hábitos alimentares, saúde, higiene e segurança. No que concerne à alimentação, segundo a DGS (2014), “as famílias têm um papel indiscutível de educar e (re)educar para a alimentação saudável, enquanto modelos de referência das crianças, daí a necessidade de em conjunto adotarem um estilo de vida saudável que permita ter uma alimentação equilibrada, com respeito pelas proporções nutricionais recomendadas.”

Mediante o exposto, e de acordo com a Convenção sobre os Direitos da Criança, a criança tem o direito a atingir o expoente máximo de saúde e ambiente seguro. Segundo o artigo 24º do mesmo documento, exige-se aos Estados Parte: “Assegurar que todos os grupos da população, nomeadamente os pais e as crianças, sejam informados, tenham acesso e sejam apoiados na utilização de conhecimentos básicos sobre a saúde e a nutrição da criança, as vantagens do aleitamento materno, a higiene e a salubridade do ambiente, bem como a prevenção de acidentes” (UNICEF, 1989:18).

Entende-se deste modo, que a promoção das competências parentais com famílias em situação de risco, deverá assim abordar conteúdos relativos à satisfação das necessidades das crianças, à relação educativa (Abreu-Lima et al., 2010), atendendo ainda às necessidades dos cuidadores, à sua autoestima e bem-estar” (Cruz & Carvalho, 2011).

Mediante o exposto, por forma a identificar os fatores internos e externos que são favoráveis e desfavoráveis ao alcance dos objetivos propostos no presente projeto, considera-se pertinente a realização de uma análise SWOT (Quadro 2.5.).

**Quadro 2.5**  
**5º Quadro do Capítulo 2**  
**Análise SWOT**

<p><i>Forças</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Motivação por parte das famílias;</li> <li>- Forte aderência ao programa;</li> <li>- Permanência da criança/jovem em ambiente familiar;</li> <li>- Apoio e acompanhamento dos técnicos de intervenção.</li> </ul>	<p><i>Fraquezas</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Situações de Violência;</li> <li>- Abandono/Absentismo escolar;</li> <li>- Instabilidade afetiva, emocional e comportamental;</li> <li>- Saúde mental;</li> <li>- Desmotivação;</li> <li>- Pais com problemas emocionais e de comportamento;</li> <li>- Consumo de Substâncias Psicoativas</li> <li>- Situação económica: Dificuldade em gerir recursos; falta de motivações para ingresso no mercado de trabalho.</li> </ul>
<p><i>Oportunidades</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Mudança/alteração na relação com os filhos;</li> <li>- Redução de práticas negligentes;</li> <li>- Diminuição da <b>institucionalização e reintegração familiar</b>;</li> <li>- Diminuição dos fatores de risco aumentando os fatores de proteção.</li> </ul>	<p><i>Ameaças</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Contexto pandémico da sociedade;</li> <li>- Fracos apoios sociais e económicos;</li> </ul>

**2.5. Benchmarking (projetos que vão ao encontro da problemática que se quer trabalhar)**

Tendo em consideração a realidade social do concelho do cartaxo, e as várias problemáticas identificadas ao longo do presente diagnóstico, procedi a uma recolha de informação e análise de implementação de vários programas de educação parental a nível nacional, no qual selecionei três, que considerei com particularidades elementares à implementação do presente projeto, ou seja, programas que na realidade fomentassem a reunificação familiar, contribuindo para o desenvolvimento de competências parentais, e prevenissem deste modo, a institucionalização das crianças/jovens.

**Quadro 2.6.**  
**6º Quadro do Capítulo 2**  
**Programas de Educação Parental**

Público-Alvo	Estratégias	Metodologia de Avaliação	Resultados
<b>Programa</b> – “ <i>Novas Oportunidades Parentais</i> ” – (Santos, Santos & Ribeiro, 2011)			
<i>Objetivo:</i> - Capacitar as famílias de jovens em situação de risco, responsabilizando-as pelo acompanhamento dos filhos, evitando a retirada da família ou permitindo a reintegração familiar.			
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Duração 3 anos;</li> <li>- 65 Famílias (110 cuidadores) acompanhadas pelos Serviços de Proteção de Menores (CPCJ e EMAT)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- As famílias foram encaminhadas pelos serviços de proteção de menores;</li> <li>- Em contexto de visita domiciliária, avaliaram-se dificuldades/necessidades ao nível das competências parentais de cada família;</li> <li>- A equipa definiu um plano de intervenção ajustado;</li> <li>- A formação decorreu em sala com formadores externos à equipa;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aplicação de questionário de avaliação do projeto às famílias;</li> <li>- Avaliação do processo pela equipa técnica.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Os participantes reconhecem em si mudanças/alterações relativamente à sua relação com os filhos;</li> <li>- Notaram diferenças no funcionamento familiar antes e após a intervenção e mostraram-se satisfeitos em participar no projeto;</li> </ul>

	- Para além destas sessões de grupo, foram realizadas visitas de tutoria.		- O projeto contribuiu para diminuir a institucionalização e reintegração familiar em 75%.
<p><b>Metodologia:</b></p> <p>- Foram criados 4 grupos, o primeiro com 20 participantes, e o segundo com 25 participantes com sessões quinzenais. O terceiro grupo com 28 participantes tinha sessões semanais, e o quarto grupo com 37 participantes, as suas sessões eram bissemanais;</p> <p>- O programa foi organizado para 48 horas de formação em sala, e 24 horas de Tutoria, perfazendo um total de 72 horas;</p> <p>- Foram utilizadas dinâmicas de grupo, estudos de caso, visualização de filmes e discussão de problemáticas.</p> <p><b>Considerações pertinentes:</b></p> <p>- Para uma melhor consolidação dos conteúdos abordados em sala, foram necessárias sessões de tutoria, ou seja, sessões de acompanhamento regular dos participantes nos domicílios. Estas sessões visavam responder às necessidades apresentadas ao nível da autonomia e da capacidade de resolução de problemas com base nas aprendizagens efetuadas;</p> <p>- Procuraram ainda trabalhar comportamentos menos adequados e competências (in)existentes ou deficientes, sempre em articulação com os conteúdos abordados em aula.</p>			
<p>Programa – “<i>SAFER</i>” – (Dinis Delgado, &amp; Chaleira, 2011)</p> <p><b>Objetivo:</b> - Aumentar as competências das famílias, contribuindo para gerar alternativas na família e evitar a institucionalização das famílias e dos jovens.</p>			
- Duração: 6 semanas; - 94 famílias com filhos em acolhimento institucional.	- Acompanhamento individualizado, intensivo, focalizado e limitado no tempo (6 semanas), na casa das famílias, e encontros temáticos em grupo.	- Na modalidade de acompanhamento individual, técnicos e famílias preencheram várias escalas de avaliação ao final de 6 semanas e nos follow-up seguintes (1, 3, 6 e 12 meses); - O sucesso foi avaliado quando ao final de 1 ano, os menores permaneceram com a família.	- Das 94 famílias participantes no projeto, em 58, as crianças e jovens permaneceram com a família ao final de um ano. - Considera-se que com a partilha de experiências e a consciencialização de disfuncionalidades existentes, as famílias poderão ter assumido comportamentos que facilitaram a satisfação perante a sua família.
<p><b>Metodologia:</b></p> <p>- Sessões individualizadas e em casa das famílias, e sessões com grupo de pais;</p> <p>- Durante seis semanas o técnico trabalha com a família no sentido de promover competências sociais e pessoais, bem como o relacionamento com os filhos.</p> <p>- Em conjunto com a família, são definidos objetivos de intervenção. Sendo esta intervenção durante seis semanas, todos os dias. 24 horas por dia, pois o programa acredita que a família que se encontra em momento de crise necessita de todo o apoio, a qualquer momento e a qualquer hora;</p> <p>- São realizados encontros entre pais com o objetivo de partilharem experiências, facilitando o processo de normalização das suas preocupações e necessidades específicas. Estes encontros com e para pais visa acentuar forças positivas e facilitar o relacionamento uns dos outros.</p> <p><b>Considerações pertinentes:</b></p> <p>- Os encontros com e para os pais focaram vários aspetos: Dinâmica familiar, desenvolvimento infantil, sexualidade, etapas do ciclo de vida, relações interpessoais, comunicação, organização doméstica e higiene pessoal e habitacional, fomentando a partilha de experiências entre pais/educadores; sensibilizar os pais/educadores para a importância dos cuidados precoces na prevenção de comportamentos de risco; criação e desenvolvimento de parcerias, para implementação no terreno de novos modelos de atuação mais adaptados à realidade atual das crianças, jovens e suas famílias.</p>			
<p>Programa – “<i>Nova Mente</i>” - Preservação Familiar e Formação Parental (Vaz et al., 2011)</p> <p><b>Objetivo:</b> - Contribuir para o desenvolvimento de competências parentais, diminuindo os fatores de risco e aumentando os fatores de proteção das crianças e jovens; diminuir as respostas de acolhimento institucional.</p>			
- 52 famílias em situação de risco psicossocial, acompanhadas pelos serviços de RSI e CPCJ	- Atividades temáticas de formação parental, com periodicidade semanal, incluindo atividades de valorização pessoal para pais e mães e sessões lúdicas para pais e filhos; - Intervenção individualizada com a família no âmbito da Preservação Familiar,	- Ao nível da Preservação Familiar, foi efetuada a avaliação das necessidades e estabelecidos os objetivos da intervenção em conjunto com a família no início do projeto, e a avaliação dos resultados ao longo da intervenção, com vista à avaliação das competências desenvolvidas;	- O impacto do projeto foi positivo; - A maioria das famílias mantiveram-se no projeto até ao fim, cumpriram os objetivos definidos nos planos de intervenção individualizada e reduziram suas práticas negligentes e maltratables;

	através de visitas domiciliárias realizadas entre 3 e 5 vezes por semana.	- Realizaram-se <i>focus groups</i> com os técnicos para avaliação do projeto, e foram aplicados questionários de avaliação de satisfação das famílias, técnicos e parceiros.	- O follow-up realizado 2 meses após a intervenção, indicou que 90% das crianças permaneceram com a sua família de origem, não tendo sido expostas a medida de acolhimento institucional.
<p><b>Metodologia:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- As atividades desenvolvidas tiveram uma periodicidade semanal, tendo-se realizado um total de 42 sessões;</li> <li>- Métodos de educação vivencial e <i>role-playing</i>, bem como a participação ativa das famílias nos conteúdos da formação;</li> <li>- Espaço aberto para reflexão e dinamização de temas propostos pelas famílias;</li> <li>- Realização de sessões lúdicas para valorização pessoal dos pais e mães participantes, bem como sessões lúdicas para pais e filhos;</li> <li>- Colaboração das famílias na identificação dos objetivos e na implementação das intervenções enquanto participantes ativos em todas as fases do processo.</li> </ul> <p><b>Considerações pertinentes:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Foram abordados nas sessões os seguintes temas: desenvolvimento da criança/adolescente e desafios e problemáticas características de cada idade, educação dos filhos, relação pais-filhos, estilos parentais, práticas parentais positivas, violência familiar, regras em casa, bullying, comportamentos adequados e inadequados, educação para a cidadania, valores morais, competência cultural e adaptabilidade/integração social, relação escola-família, cuidados básicos de saúde, nutrição, saúde infantil, vida no lar, orçamento familiar, planeamento familiar.</li> <li>- A equipa técnica, para além de trabalhar com a família em sua casa, fez também visitas à escola, participou com a família em eventos recreativos, culturais e/ou desportivos da comunidade, acompanhou processos a decorrer no Tribunal, supervisionou outras visitas e colaborou com técnicos de outras entidades que trabalhavam com a família ou que eram importantes para o seu processo (CPCJ; ECJ; entre outros).</li> </ul>			

Mediante o exposto no respetivo quadro 2.6., verifica-se que em todos os programas apresentados, podemos identificar várias características comuns aos mesmos. De uma forma geral, os três programas têm como objetivos principais, promover práticas parentais positivas e melhoria da qualidade da relação pais/filhos. Visam ainda prevenir as respostas de acolhimento residencial e promover/facilitar a reintegração/reunificação familiar. Os programas são geralmente destinados a famílias que apresentam elevado risco psicossocial, cujos filhos se encontram em acolhimento residencial ou encaminhados/acompanhados pela CPCJ.

Relativamente às estratégias utilizadas nos três programas, prevalecem as sessões temáticas em grupo, com a utilização de métodos expositivos, realizadas com periodicidade semanal. Utilizam-se ainda registos de vídeo, interações cuidador-criança, apresentando-nos e discutindo-os em sessões de pequeno grupo complementadas com visitas domiciliárias a cada família.

Quanto à metodologia de avaliação, apresentam maioritariamente metodologias de avaliação pouco estruturadas, de natureza qualitativa. Alguns avaliam apenas a satisfação dos participantes, outros realizam grupos focais, complementados com questionários aos participantes no programa. Os programas que apresentam avaliação *follow-up* são o projeto “Nova Mente” (após dois meses de intervenção) e o projeto “SAFER” (até um ano depois se as crianças se mantêm na família de origem). No que concerne aos resultados, verifica-se que os respetivos programas obtiveram um impacto positivo nas famílias, verificando-se mudanças de comportamento após intervenção em programas de educação parental, verificando-se deste modo, que a maior parte das crianças permaneceram no seu seio familiar.



## CAPÍTULO 3

*“Você nunca sabe que resultados virão da sua ação,  
Mas se você não fizer nada, não existirão resultados”*

(Mahatma Gandhi)

### **3. Programa de educação parental – “Sensibilizar, Promover e Prevenir”**

#### **3.1. Justificação e apresentação**

O presente projeto tem como denominação - *“Sensibilizar, Promover e Prevenir”* – *Sensibilizar* para possíveis comportamentos negligentes, *promovendo* o desenvolvimento das competências parentais *prevenindo* as situações de risco/perigo das crianças.

Segundo Isabel Carvalho Guerra (2000:126) “Um projeto é a expressão de um desejo, de uma vontade, de uma intenção, mas também a expressão de uma necessidade, de uma situação a que se pretende responder. Um projeto é sobretudo, a resposta ao desejo de mobilizar as energias disponíveis com o objetivo de maximizar as potencialidades endógenas de um sistema de ação garantindo o máximo de bem-estar para o máximo de pessoas”.

A promoção da mudança com a implementação de um projeto, através da investigação-ação, parte de: uma reflexão real e rigorosa sobre o problema que pretendemos melhorar; uma tomada de consciência das múltiplas necessidades existentes; e de uma planificação de um projeto o mais completo possível, sistemático e reflexivo, adaptando-o à prática com o fim de transformá-la e melhorá-la (Serrano, 2008). Desenvolver competências e práticas parentais positivas aumenta a probabilidade de os pais serem capazes de desenvolver comportamentos adaptativos nas crianças, bem como gerir os comportamentos desadaptativos (Rodrigues, 2019).

A Educação Parental reveste-se deste modo de grande responsabilidade e relevância, no sentido de ajudar a reconhecerem as suas fragilidades e impasses, para redefinirem os seus caminhos e os caminhos das suas crianças. A intervenção junto das famílias de crianças e jovens em perigo, tem como objetivo remover/atenuar a sua situação de perigo, proporcionando o seu crescimento no seu meio natural de vida e seio familiar.

O programa *“Sensibilizar, Promover e Prevenir”*, pretende deste modo facilitar a operacionalização do treino de competências baseando-se em quatro conceitos fundamentais de estratégias de modelagem e prática comportamental sendo eles: processo de atenção; retenção; produção e motivação. O programa apresentado tem como finalidade melhorar a qualidade de vida e bem-estar das famílias do concelho, bem como prevenir/atuar possíveis situações de exclusão social que inscrevem os indivíduos em ciclos de desigualdade provocados pelos fenómenos de abandono ou insucesso escolar. Este visa ser abrangente e flexível quanto à sua estrutura e forma a poder ser adaptado e aplicado às características singulares de cada grupo.

Neste sentido, não é objetivo alterar radicalmente comportamentos ou modos de vida, mas apenas sensibilizar para a importância da mudança e necessidade do treino e desenvolvimento das suas habilidades parentais, mediante o recurso a um conjunto de estratégias criativas que estimulam a reflexão sobre os modelos recebidos, bem como a partilha de dificuldades e a procura conjunta de soluções.

Evidencia-se como competência indispensável aos Técnicos intervenientes, a sensibilidade social para perceber expectativas, dificuldades, medos, fragilidades ou resistências por parte das famílias, assim como competência relevante a habilidade para motivar e estimular, a aptidão para o relacionamento humano bem como a capacidade de tolerância à frustração e o otimismo e persistência necessários para ultrapassar dificuldades ou pequenos obstáculos inerentes ao trabalho social.

Tendo em consideração as problemáticas identificadas no respetivo diagnóstico, assim como a recolha de informação efetivada noutros programas de Educação Parental, e os resultados inerentes à aplicação dos mesmos, foram traçados por mim algumas temáticas as quais considere pertinentes para a concretização do referido projeto.

Mediante o exposto, o presente projeto é constituído por diversos temas, divididos em quatro partes distintas, tais como: Desenvolvimento de Competências Pessoais; Dinâmicas afetivas intrafamiliares; Desenvolvimento de competências sociais; Espaço habitacional (Organização familiar, Alimentação; Saúde e Higiene e Segurança).

- *Desenvolvimento de Competências Pessoais* - A construção de laços afetivos, a expressão de emoções e as vinculações nascidas na infância, revestem-se de grande importância no processo de desenvolvimento socio emocional das crianças. Deste modo, a vida familiar assume-se como a principal responsável pela aprendizagem emocional dos indivíduos, na medida em que é na família que as crianças aprendem o respeito por si e pelos outros, aprendem a reagir a sentimentos, aprendem a interpretar e exprimir medos e esperanças. Neste sentido, a qualidade das primeiras trocas, das primeiras vinculações interfere inevitavelmente no desenvolvimento de sentimentos de confiança e de segurança em si próprio e nos outros. Mediante o exposto, este tema pretende trabalhar as famílias através de um conjunto de dinâmicas ativas que procuram estimular o desenvolvimento de competências pessoais nos participantes, no sentido de promoção do seu bem-estar e equilíbrio emocional.

A capacidade de autoconhecimento de si mesmo, a inteligência intrapessoal que pressupõe um conhecimento e gestão das nossas próprias emoções, e interpessoal que pressupõe a capacidade de conhecer as outras pessoas, o que as motiva, como é que funcionam e gestão das suas emoções e dos seus afetos, evidencia-se relevante para um bom funcionamento e equilíbrio familiar.

- *Dinâmicas afetivas intrafamiliares* - As interações que estão inerentes a todo o conjunto de trocas e vivências familiares caracterizam-se por toda uma complexidade que torna as dinâmicas afetivas intrafamiliares particulares e distintas de família para família. Cada criança cresce fruto de todo o conjunto de influências e modelos que lhes são transmitidos desde os primeiros dias. Assim a vinculação, o suporte familiar, o bem-estar intrafamiliar evidencia-se como indispensável ao

crescimento saudável da criança. Deste modo, pretende-se promover o equilíbrio saudável das famílias, procurando desenvolver e potenciar as capacidades dos sujeitos ao nível das interações familiares, das relações pais-filhos, com vista à promoção de equilíbrio afetivo e emocional das famílias, indispensável ao crescimento saudável das crianças.

- *Desenvolvimento de competências sociais* - A interação pais-escola-filhos, reveste-se de grande importância no percurso escolar das crianças. As expectativas dos pais, a qualidade das relações entre os dois sistemas, bem como o envolvimento e participação das famílias no percurso escolar dos filhos, emergem como fatores com peso primordiais no rendimento, motivação e desenvolvimento vocacional das crianças. O trabalho com os pais neste âmbito poderá ter como principais objetivos valorizar a importância da escola, compreender a importância das rotinas escolares para a criança/jovem e da relação escola-família, delinear estratégias de apoio às rotinas escolares e definir e rotinizar o tempo de estudo dos filhos.

- *Espaço Habitacional*: Este tema será dividido em quatro temas fundamentais: organização familiar; gestão económica; saúde e higiene e segurança. *Organização familiar* - Pretende-se deste modo, desenvolver competências na área de gestão económica, organizacional, gestão da habitação e compromissos familiares, desenvolvendo competências domésticas, educativas e relacionais dos pais, motivando-os para a organização e limpeza da habitação, com vista a melhorar as condições de habitabilidade, gestão consciente do orçamento familiar, por forma a suprir as necessidades básicas da família. O desenvolvimento desta temática tem como principais objetivos delinear com os pais as principais rotinas de higiene, arrumação e organização do lar, tornando-os capazes de operacionalizarem as rotinas identificadas e aplicarem estratégias de divisão de tarefas domésticas (individuais e conjuntas).

A desvantagem económica das famílias é apontada na literatura como um dos principais fatores de risco associados a práticas parentais abusivas (Magnuson & Duncan, 2002; McLoyd, 1998), nomeadamente a negligência (Almeida et al., 1999; Calheiros, 2006). Neste sentido, a temática de “gestão económica”, poderá ser importante no sentido de tornar a família capaz de delinear prioridades de aplicação do rendimento familiar mensal.

*Alimentação* - Pretende-se sensibilizar os pais para a importância do seu papel enquanto agentes de educação alimentar e responsáveis pela aquisição de hábitos de vida saudáveis pelos filhos, bem como sensibiliza-los para a importância da higiene oral, muitas vezes negligenciada. Desta forma nestas sessões, pretende-se estimular a aquisição de comportamento/ hábitos alimentares equilibrados e saudáveis, informar e induzir á reflexão acerca das principais falhas e erros alimentares e consequências de uma alimentação desequilibrada.

- *Saúde* - É fundamental desenvolver competências nas famílias que ajudem a superar algumas adversidades. Com esta temática pretende-se que os pais compreendam a importância da vigilância da saúde física e mental dos seus filhos, conheçam corretamente as instituições de saúde e como as utilizar e identifiquem práticas preventivas e de supervisão dos consumos (álcool, tabaco, drogas).

É fundamental também transmitir aos educadores alguns cuidados sobre a saúde, desenvolvendo competências para saber lidar em algumas situações de emergência. O planeamento familiar será também um assunto a abordar aos educadores, por forma a prevenir situações indesejadas.

- *Higiene e Segurança* - Através de sessão de informação, pretende-se sensibilizar para a importância sobre os cuidados de higiene nas crianças, e da higiene habitacional. A segurança é também um fator pertinente, sendo fundamental informar os participantes sobre os perigos e prevenção de vários tipos de acidentes domésticos e rodoviários.

Tendo em consideração todas as temáticas apresentadas, para uma melhor consolidação dos conteúdos abordados em sala, serão realizadas sessões de tutoria. Estas sessões terão o objetivo de responder às necessidades apresentadas ao nível da autonomia e da capacidade de resolução de problemas com base nas aprendizagens efetuadas, procurando trabalhar deste modo, comportamentos menos adequados e competências inexistentes ou deficientes, sempre em articulação com os conteúdos abordados em aula. Para além de trabalhar com a família em sua casa, a equipa técnica efetuará visitas à escola, acompanhará processos a decorrer em Tribunal, assim como estará em permanente contato com outras entidades que acompanham a família ou que são importantes no seu processo de desenvolvimento.

### **3.2. Objetivos do Projeto**

O presente projeto terá como objetivo geral, promover a autonomia dos agregados familiares, através do reforço das competências pessoais, familiares e sociais, de forma a prevenir situações de perigo para as Crianças e Jovens e promover o seu bem-estar físico, psicológico e social.

- **Objetivos Específicos:**
  - ✓ Promover atitudes que ajudem os participantes a reconhecer, gerir e controlar os seus sentimentos, emoções; estabelecer empatia, e lidar com os sentimentos que surgem nas interações familiares que estabelecem.
  - ✓ Promover o equilíbrio saudável das famílias, procurando desenvolver e potenciar as capacidades dos sujeitos ao nível das interações familiares, das relações pais-filhos, com vista à promoção de equilíbrio afetivo e emocional das famílias, indispensável ao crescimento saudável das crianças.
  - ✓ Estimular e consciencializar os pais para a necessidade de aproximação das “duas forças” Escola e Família, assim como para o importante papel parental neste campo do desenvolvimento vocacional dos filhos, promovendo deste modo, o desenvolvimento de aptidões interpessoais na relação com outros sistemas que integram e intervêm no processo de desenvolvimento da criança, nomeadamente o sistema escolar.
  - ✓ Desenvolver competências parentais domésticas nos cuidados básicos às crianças, por forma a diminuir o nível de negligência, motivando os pais para a organização e limpeza da

habitação, com vista a melhorar as condições de habitabilidade, incentivando também à gestão consciente do orçamento familiar, por forma a melhor suprir as necessidades básicas da família ao nível da alimentação, saúde, segurança, higiene, conduzindo deste modo à adoção de estilos de vida saudáveis.

### **3.3. População alvo**

O presente projeto destina-se a famílias com Crianças/Jovens em situação de risco e perigo, que efetivamente são a população-alvo de intervenção por parte da CPCJ do Município do Cartaxo.

- População Direta: Famílias com crianças e jovens que se encontrem em situação de risco ou perigo (Pais, avós ou outro familiar);
- População Indireta: Crianças e Jovens

### **3.4. Contexto de implementação**

O projeto de intervenção socioeducativo, “Sensibilizar, Promover e Prevenir” poderá ser implementado nos Serviços de Ação Social - CPCJ do Município do Cartaxo, ou em qualquer outro Município, mediante a cedência de um espaço físico, sendo que esta decisão será elaborada em conjunto com os respetivos membros onde o projeto se irá inserir.

O espaço físico será composto por duas salas, distribuídas da seguinte forma: a primeira sala será ocupada como gabinete de atendimento personalizado às famílias; e a segunda sala será para a formação e implementação de atividades conjuntas, com as famílias.

Relativamente às atividades planeadas, as mesmas não serão unicamente realizadas no espaço físico da CPCJ. Considera-se pertinente mencionar que serão realizadas duas sessões no domicílio das famílias.

### **3.5. Metodologia**

A metodologia desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de qualquer projeto social. Segundo Espinoza (1986) “o método é o caminho que se escolhe para a obtenção de um fim”. O presente projecto “Sensibilizar, Promover e Prevenir” assenta a sua metodologia no planeamento integrado e na pesquisa/ação. A metodologia adotada, exigiu um esforço no aprofundamento teórico do conhecimento (pré-diagnóstico) das problemáticas e características das famílias (população-alvo), baseadas não só no que se detetou, bem como em literatura técnica sobre a problemática a intervir, que permitiu identificar fatores que possam estar na base das mesmas e delinear estratégias futuras de intervenção/ação.

Considera-se pertinente salientar que, as famílias são agentes ativos do seu próprio processo de mudança, sendo implicados em todas as fases da intervenção. Neste sentido, o presente programa será aplicado da seguinte forma:

- As famílias são encaminhadas pelos Serviços de Proteção de Menores (CPCJ);
- Sessões em grupo (máximo 8 pessoas), o que permite a troca de perspetivas no nível de desenvolvimento diferentes e um maior envolvimento psicossocial;
- O Plano de intervenção será ajustado pela equipa técnica, mediante as problemáticas de cada família;
- O programa será aplicado em 21 sessões, realizadas semanalmente (a definir o dia), em contexto grupal, com cerca de uma hora e meia cada sessão;
- Para além das sessões de grupo, serão realizadas visitas de tutoria, ou seja, sessões de acompanhamento regular dos participantes nos domicílios;
- Será utilizada uma abordagem teórica sobre cada assunto em questão, que será trabalhada em dinâmicas de grupo, estudos de caso, visualização de filmes e discussão de problemáticas (reflexão);

### 3.6. Planeamento

#### Quadro 3.1

#### 1º Quadro do Capítulo 3

#### Planeamento – Projeto “Sensibilizar, Promover e Prevenir”

<p><b><u>Objetivo Geral:</u></b> Promover a autonomia dos agregados familiares, através do reforço das competências pessoais, familiares e sociais, de forma a prevenir situações de perigo para as Crianças e Jovens e promover o seu bem-estar físico, psicológico e social.</p>	
<p><b><u>Parte I</u></b> <b><u>Objetivo Específico:</u></b> Promover atitudes que ajudem os participantes a reconhecer, gerir e controlar os seus sentimentos, emoções; estabelecer empatia, e lidar com os sentimentos que surgem nas interações familiares que estabelecem.</p>	
<b>Ação</b>	Desenvolvimento de Competências Pessoais
<p><b><u>Temas/ Atividades:</u></b></p> <p>✓ Autoconhecimento</p> <p>Convida-se os participantes a escreverem aspetos, vivências ou recordações negativas que guardam da sua infância/adolescência, procedendo à partilha e troca de experiências de cada um, confrontando-se as várias experiências em grupo. Por fim faz-se uma apresentação dos pontos positivos que marcaram a sua infância.</p> <p>✓ Autoestima</p> <p>Cada um dos participantes refere as suas principais qualidades, o que melhor sabem fazer, o que mais gostam de fazer. Propõem-se que recordem e expressem verbalmente comentários negativos dos pais/familiares e repreensões que os marcaram negativamente ao longo da sua infância. Partilha e troca de experiências.</p> <p>✓ Educação Emocional</p> <p>Procede-se à visualização de excertos de filmes que reportem para a importância de uma atitude positiva, efetuando uma análise de imagens que representem situações difíceis do quotidiano. Síntese final com os pontos-chave da sessão.</p>	

Pretende-se com estes três pontos anteriores, promover o autoconhecimento dos participantes, consciencializando para o facto que a forma como foram educados e as suas experiências pessoais influenciam as suas práticas parentais, estimulando e promovendo a sua autoestima e o bem-estar pessoal dos participantes.

- ✓ Autocontrolo Emocional e Promoção do bom humor familiar

Procede-se a alguns exemplos por parte dos participantes de situações em que não há um controlo das emoções, partilhando alternativas de ação perante as situações de conflito familiar que desencadeiam a perda do autocontrolo. Apresentação de dicas práticas para promover o bem-estar e boa disposição familiares.

Pretende-se com este tema promover e consciencializar os participantes para a importância do otimismo e autocontrolo face às várias situações da vida, estimulando a sua reflexão para as atitudes/comportamentos necessários para um funcionamento familiar saudável.

<b>Técnicas</b>	- Escuta Ativa; Atenção Positiva; Reflexão individual; Reflexão conjunta; Consciencialização; Sensibilização; Partilha e troca de experiências; Visualização de filmes; Análise de imagens; Planeamento de visitas domiciliárias;
-----------------	---

## **Parte II**

### Objetivo Específico:

Promover o equilíbrio saudável das famílias, procurando desenvolver e potenciar as capacidades dos sujeitos ao nível das interações familiares, das relações pais-filhos, com vista à promoção de equilíbrio afetivo e emocional das famílias, indispensável ao crescimento saudável das crianças.

<b>Ação</b>	Dinâmicas afetivas intrafamiliares
-------------	------------------------------------

### **Temas/ Atividades:**

- ✓ Famílias o desafio da diversidade;

- Cada participante será convidado a dar uma definição de família. Posteriormente faz-se uma reflexão sobre os vários tipos de família, os vários tipos de sistemas e o tipo de família a que pertencem. Cada participante poderá falar sobre o tipo de relação que estabelecem no seu agregado familiar.

- ✓ Família a importância da vinculação e o ciclo de vida da família;

- Convida-se os participantes a refletirem sobre alguns momentos da infância das suas crianças, procedendo posteriormente à partilha e debate em grupo. pretende-se que o grupo exponha/partilhe algumas mudanças ou dificuldades que as suas famílias atravessaram/atravessam e que estão relacionadas com as diferentes fases das famílias, analisadas na dinâmica anterior.

- ✓ Famílias funcionais e disfuncionais;

- Apresentação de casos práticos ocorridos em famílias com desequilíbrios familiares. Os participantes terão então que identificar as falhas/ lacunas existentes nas famílias apresentadas nos casos práticos.

- ✓ Expressão dos afetos: autoconfiança e autonomia da criança;

- Sensibilizar os participantes para a importância da expressão dos afetos para o crescimento harmonioso das crianças.

- ✓ Gestão de conflitos e autoridade; impor limites e autoridade na infância/ Regras e Castigos

- Apresentação de imagens de crianças/jovens com comportamentos adequados e imagens com comportamentos desadequados. Trabalhar as imagens com os participantes.

- ✓ A vivência da adolescência nas famílias

- Pretende-se que os participantes exponham e partilhem as suas experiências e dificuldades nas interações/relacionamento com os seus filhos adolescentes, situações que desencadeiam o conflito e /incompreensões entre pais e filhos adolescentes.

- ✓ A comunicação na família

- Dinamização do “jogo do telefone” - uma pequena história, que terão de passar a história ao ouvido de uns para os outros;

<b>Técnicas</b>	- Escuta Ativa; Atenção Positiva; Reflexão individual; Reflexão conjunta; Consciencialização; Sensibilização; Partilha e troca de experiências; Visualização de filmes; Análise de imagens; Planeamento de visitas domiciliárias;
-----------------	---

## **Parte III**

### Objetivo Específico:

Estimular e consciencializar os pais para a necessidade de aproximação das “duas forças” Escola e Família, assim como para o importante papel parental neste campo do desenvolvimento vocacional dos filhos, promovendo deste modo, o

desenvolvimento de aptidões interpessoais na relação com outros sistemas que integram e intervêm no processo de desenvolvimento da criança, nomeadamente o sistema escolar.	
<b>Ação</b>	Desenvolvimento de competências sociais
<p><b>Temas/ Atividades:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ A família e outros sistemas sociais;</li> </ul> <p>- Colocar numa cartolina por ordem decrescente algumas dimensões, de acordo com o tempo que dispensam sendo que em primeiro lugar fica a dimensão que dispensam mais tempo. Apresentação numa pirâmide o tempo que cada um dispensa para cada dimensão. Construção posterior da pirâmide com a ordem desejável.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Relação Família-Escola</li> </ul> <p>- Distribuição de um smile triste e um smile feliz. Pretende-se induzir os participantes à reflexão pessoal sobre as experiências escolares vividas por cada um. Colocar as experiências negativas debaixo do smile triste e as positivas debaixo do smile feliz.</p> <p>Pretende-se com estes dois temas consciencializar para a necessidade de equilíbrio entre o mundo familiar e as exigências do mundo do trabalho e o mundo escolar dos filhos, assim como sensibilizar os participantes para o seu relevante papel no percurso escolar dos seus filhos, bem como consciencializa-los para a importância da escolaridade.</p>	
<b>Técnicas</b>	- Escuta Ativa; Atenção Positiva; Reflexão individual; Reflexão conjunta; Consciencialização; Sensibilização; Partilha e troca de experiências; Visualização de filmes; Análise de imagens; Planeamento de visitas domiciliárias;
<p><b>Parte IV</b></p> <p><u>Objetivo Específico:</u></p> <p>Desenvolver competências parentais domésticas nos cuidados básicos às crianças, por forma a diminuir o nível de negligência, motivando os pais para a organização e limpeza da habitação, com vista a melhorar as condições de habitabilidade, incentivando também à gestão consciente do orçamento familiar, por forma a melhor suprir as necessidades básicas da família ao nível da alimentação, saúde, segurança, higiene, conduzindo deste modo à adoção de estilos de vida saudáveis.</p>	
<b>Ação</b>	<u>Espaço Habitacional</u> - Organização Familiar; Alimentação; Saúde; Higiene e Segurança
<p><b>Temas/ Atividades:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Organização e gestão familiar</li> </ul> <p>- Cada participante elabora o seu cartão orçamental. Discutir as prioridades de pagamento, para que em conjunto se consciencializem das consequências da má gestão orçamental.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Alimentação: Pirâmide dos alimentos</li> </ul> <p>- Solicita-se aos participantes que coloquem o alimento que lhes foi atribuído no nível correto da pirâmide. Em conjunto com os participantes rever cada nível e pedir que os participantes exponham a sua importância.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Saúde da Família: Planeamento Familiar</li> </ul> <p>- Sessão de informação e esclarecimento de dúvidas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Higiene pessoal/ Habitacional</li> </ul> <p>- Sensibilização para a importância das boas práticas de higiene habitacional.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Segurança Infantil</li> </ul> <p>- Sensibilização para a importância da prevenção de acidentes domésticos, rodoviários, entre outros.</p>	
<b>Técnicas</b>	- Escuta Ativa; Atenção Positiva; Reflexão individual; Reflexão conjunta; Consciencialização; Sensibilização; Partilha e troca de experiências; Visualização de filmes; Análise de imagens; Planeamento de visitas domiciliárias;

### 3.7. Resultados Esperados

- Espera-se reforçar as competências técnicas dos intervenientes do sistema familiar das crianças e jovens, melhorando a sua qualidade de intervenção.

- Espera-se que a comunicação entre a família e os serviços seja reforçada, potenciando e promovendo soluções para eventuais dificuldades que estas se poderão deparar;
- Espera-se que exista uma maior sensibilização por parte das famílias para a problemática da Promoção e Proteção das Crianças e Jovens em Perigo;
- Espera-se que as ações de sensibilização sobre as temáticas ligadas à intervenção, possam promover o envolvimento das famílias na aquisição e na melhoria das competências parentais;
- Espera-se que as famílias participem ativamente nos trabalhos efetuados durante as atividades;
- Espera-se que as famílias reforcem a autonomia e as competências pessoais e sociais;
- Espera-se prevenir a retirada das crianças/jovens do meio familiar, nomeadamente a sua institucionalização;
- Espera-se que, com os temas abordados, as famílias adotem estilos de vida mais saudáveis, e evitem comportamentos de risco.

### **3.8. Estrutura orgânica e Gestão do Projeto**

#### **3.8.1. Recursos Humanos afetos ao projeto**

- Coordenador (Orientador do projeto) – CPCJ - Comissão Proteção de Crianças e Jovens em Perigo;
- Equipa Multidisciplinar da CPCJ – Psicóloga, Educadora Social, Técnica de Serviço Social.

#### **3.8.2. Recursos materiais afetos às atividades**

- Sala para atendimento personalizado das famílias, não só quando se verifique esta necessidade, como também para uma primeira abordagem da CPCJ acerca da intervenção que planeia, e preenchimento da respetiva ficha de caracterização familiar.
- Material: consumíveis de escritório.
- Sala para as secções conjuntas entre as famílias, onde se realizará algumas atividades lúdicas, bem como debates, acerca de todo o seu percurso e evolução aquando da intervenção e acompanhamento por parte da CPCJ.
- Material necessário: Audiovisual, tais como: retroprojektor; computador; folhetos informativos; material didático, entre outros.

### **3.9. Sustentabilidade do projeto**

O projeto “Sensibilizar, Prevenir e Promover” pretende ser o ponto de partida para o desenvolvimento de uma intervenção a nível das competências parentais junto das famílias, cujo as Crianças / Jovens são alvo nos Processos de Proteção e Promoção da CPCJ.

No que respeita ao desenvolvimento, acompanhamento e controle do projeto, este será efetuado pela equipa técnica da CPCJ, sobre a supervisão do coordenador do mesmo, sendo que, no que se refere à sustentabilidade do projeto, o mesmo irá depender dos resultados obtidos durante o primeiro ano de implementação do mesmo.

### **3.10. Orçamento global**

O presente projeto, apresenta-se sem despesas orçamentais relevantes, uma vez todo o material necessário à implementação do mesmo, insere-se a partir de uma modalidade de continuidade do trabalho levado a cabo pela CPCJ, nos Processos de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, bem como todo o material didático e audiovisual necessário.

### **3.11. Avaliação do Projeto**

Qualquer programa ou projeto social, mediante o qual se procura fomentar a mudança de comportamentos, modos de vida e/ou atitudes com vista à promoção da melhoria da qualidade de vida e de desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos, implica inevitavelmente que tenha inerente a si um plano de avaliação.

Desta forma, a fim de ir conhecendo os resultados da intervenção, de modo a ser possível ir adequando e adaptando as estratégias traçadas, bem como corrigir trajetórias, caso os resultados não sejam os desejados, pretende-se que sejam utilizados um conjunto de instrumentos de autocontrolo. É importante realizar uma avaliação sistemática de modo a possibilitar, caso necessário, a reestruturação da intervenção.

De acordo com Isabel Guerra (2000), a “A avaliação deve ser entendida como um processo de aprendizagem, tratando-se de um instrumento de reflexão e de racionalização face a contextos e resultados da ação. Os responsáveis da ação aprendem a gerir e a adaptar as soluções às necessidades e aos contextos evolutivos que se modificam através do acompanhamento avaliativo”.

Neste sentido, a respetiva avaliação do programa será realizada através de três vertentes: *pré-teste* (antes de iniciar as sessões), avaliação de acompanhamento e *pós-teste* (avaliação final).

O presente programa terá como critério dois tipos de avaliação: avaliação interna e avaliação externa. No que concerne à avaliação interna, a mesma será elaborada pela equipa técnica do projeto, em vai procedendo à avaliação das várias ações realizadas, tais como os resultados obtidos, os pontos fortes e fracos, entre outros, por forma a conseguir corresponder positivamente aos objetivos específicos traçados. Torna-se deste modo fundamental, ao longo do presente programa, planear ações, métodos e estratégias a aplicar, baseado na partilha de saberes e experiências dos vários técnicos envolvidos, na análise e discussão em reuniões de trabalho das diferentes situações estratégicas.

No que diz respeito à avaliação externa, esta será realizada pelos participantes do programa (população-alvo), pois entende-se que desta forma poderá perceber-se melhor, se a intervenção está ou

não a alcançar os objetivos propostos, por forma a permitir o ajustamento de estratégias de intervenção das ações.

As mensagens que os participantes coloquem na caixa “Correio de Pais” (sugestões, críticas, comentários positivos ou negativos), serão anónimas e de informação qualitativa, que permitirá aos técnicos ir percebendo, avaliando e ajustando todo o processo de implementação do Programa.

Ressalva-se a dificuldade em avaliar resultados deste tipo de intervenções, uma vez que os resultados da aplicação prática de intervenções desta natureza não se convertem em dados mensuráveis a curto prazo. No entanto, uma vez que se pretende o desenvolvimento de competências parentais, devem ser valorizadas as pequenas mudanças, por muito pequenas que sejam. Deste modo, para se avaliar mais concretamente os efeitos do programa na população alvo, terá que haver uma avaliação contínua e acompanhamento das famílias numa fase posterior à implementação do programa.

Deste modo, para se perceber de forma mais clara e real a implicação/resultados da intervenção do presente programa nos participantes, a equipa técnica responsável pela execução do mesmo deverá reunir com vários parceiros que estejam a acompanhar as famílias, ou que estejam em intervenção com os seus elementos.

Mediante o exposto, apresenta-se um possível “plano de avaliação” para o programa, sendo que este poderá ser objeto de avaliações intercalares por parte dos técnicos responsáveis pela aplicação do mesmo, com vista aos ajustes necessários e situações contingenciais.

**Quadro 3.2**  
**2º Quadro do Capítulo 3**  
**Planeamento – Temas e objetivos por sessão**  
**Plano de Avaliação**

<i>Pré-Teste</i>		<b>Acompanhamento (Follow Up)</b>		<b>Final (Pós-Teste)</b>	
<i>Agente de Avaliação</i>	<b>Instrumento de Avaliação</b>	<b>Agente de Avaliação</b>	<b>Instrumento de Avaliação</b>	<b>Agente de Avaliação</b>	<b>Instrumento de Avaliação</b>
<b><u>Autoavaliação</u></b>					
-----	-----	Técnicos responsáveis pela implementação	Preenchimento de uma grelha de avaliação das sessões, no final de cada sessão. (Anexo B)	Técnicos responsáveis pela implementação	Preenchimento de uma grelha de avaliação Final. (Anexo C)
<b><u>Avaliação Interna</u></b>					
-----	-----	<b>Equipa técnica:</b>	Reuniões de avaliação	Equipa técnica e responsáveis	Reunião de avaliação/balanço

		Responsáveis envolvidos na execução do Programa.	(Quinzenais ou Mensais) (Anexo D)	envolvidos na execução do Programa.	o Final da implementação do programa através do preenchimento de uma grelha de avaliação final
<b>Avaliação Externa</b>					
<b>População-alvo:</b> Pais/ Educadores.	Questionário de caracterização geral – Pré teste <u>Anexo E</u>	<b>População-alvo:</b> Pais/ Educadores	- Preenchimento de uma ficha de avaliação das sessões (Anónima); - Caixa “correio de pais” (Anónima). (Anexo F)	<b>População-alvo:</b> Pais/ Educadores.	Preenchimento de uma ficha de avaliação final. <u>Anexo G</u>

#### 4. Conclusão

As famílias devem ser vistas como um meio acolhedor por parte das crianças, um meio capaz de garantir segurança plena e sobretudo de corresponder em tudo, às exigências dos primeiros anos de vida. A ausência da família ou, até mesmo, as pertenças a uma família desequilibrada põem em causa o desenvolvimento integral das crianças e poderá potencializar o aparecimento de condutas desviantes. Quanto mais as crianças ou os jovens têm uma relação de bem-estar, de educação, de trabalho e de vida em comunidade, maiores serão as probabilidades de se tornarem sociáveis e de se adaptarem às normas estipuladas pela sociedade.

No entanto, e como referido no presente projeto, nem sempre esse contexto apresenta os indicadores mais favoráveis para que a criança cresça harmoniosamente, tanto seja, pelo meio familiar desestruturado onde coabitam, tanto pelo meio social desfavorecido que os envolve.

Estando o processo identitário das crianças comprometido, assim como, o seu funcionamento psíquico, isso irá refletir-se na forma de se relacionar com os outros, na forma como percebe e compreende os que a rodeiam. Há uma estagnação no desenvolvimento normal da sua personalidade.

Conscientes, do papel importante que as famílias desempenham no desenvolvimento adequado das crianças e adolescentes, e na sua integração no seio da sociedade, assim como, na prevenção da delinquência, a generalidade dos estudiosos da matéria, são hoje unânimes em considerar o mau funcionamento familiar como uma das principais causas dos distúrbios do comportamento, como a violência na família, ou a delinquência juvenil. (Fonseca, 2002:112). Por outras palavras, não há crianças em perigo sem famílias em perigo.

A aplicação do presente projeto apresenta-se como uma nova abordagem aos problemas das famílias, e nas situações de perigo para crianças, uma vez que, só através de uma intervenção junto das mesmas e no terreno, poderá ser possível diminuir as situações de institucionalização, maus tratos físicos, psicológicos, e qualquer tipo de negligência, promovendo desta forma a sua reintegração no seio familiar.

As transformações sociais que marcam as sociedades atuais afetam igualmente o tecido social e familiar. As dúvidas e dificuldades que transparecem das vivências diárias dos papéis parentais fazem despoletar a necessidade de desenvolver competências, de evoluir no sentido da procura do bem-estar pessoal, e familiar, sobretudo dos filhos. A Parentalidade não se aprende, não se ensina, nos livros ou em cursos. Aprende-se vivenciando a experiência única de ser pai ou mãe (Cruz e Pinho; 2006). Ser-se pai/mãe representa assumir um papel mágico, mas difícil, de estruturação constante, de aprendizagem e dedicação contínua. Não existem “fórmulas” certas ou erradas para se ser pai ou mãe.

O exercício da Parentalidade reveste-se deste modo de muitas dúvidas, dificuldades e incertezas assumindo-se como um permanente desafio, parte de um processo contínuo e único “de pai para pai, de família para família”.

A sensibilidade social para perceber expectativas, dificuldades, medos, fragilidades ou resistências por parte dos participantes evidencia-se como competência indispensável aos técnicos intervenientes. A natureza deste tipo de intervenções realça a necessidade de os técnicos estarem conscientes do seu papel como promotores do desenvolvimento social e pessoal destes pais e educadores. Igualmente relevantes são a habilidade para motivar e estimular, a aptidão para o relacionamento humano bem como a capacidade de tolerância à frustração e o otimismo e persistência necessários para ultrapassar dificuldades ou pequenos obstáculos inerentes ao trabalho social.

É fundamental apostar mais no apoio às famílias e na celeridade dos processos de crianças e jovens em situação de perigo, sendo devidamente acompanhados e orientados por equipas multidisciplinares qualificadas para o efeito. É necessário ainda, investir mais no diagnóstico, na prevenção, na intervenção precoce e na disponibilização de respostas de ordem social.

A violência contra as crianças é um fenómeno peculiar, extenso e intenso, que merece estudos aprofundados e bem contextualizados, dada à diversidade cultural, social e económica dos grupos domésticos. Enquanto fenómeno humano assume qualidade e intensidade, características num dado momento histórico dos grupos, e só pode ser entendida pela formação ideológica da sociedade, coexistente a uma análise da sua conjuntura social, económica e política. Pois, sabe-se hoje que as situações de pobreza material e destituição escolar que afetam largas parcelas da população aumentam um peso determinante no dia-a-dia das famílias e das crianças. Constituem terrenos estruturais de risco de mau trato na infância, muito especialmente, no domínio das grandes negligências de cuidados básicos. Deste modo, o presente projeto pretende ajudar os pais a adequar os modelos de Parentalidade recebidos ao contexto social atual e conseqüentemente às exigências que a ele estão associadas e que acarretam o agravamento de toda a complexidade associada à singularidade inerente à Parentalidade.

Assim sendo, considera-se pertinente referir em jeito de conclusão que, cada vez mais se crê na lógica da prevenção. Neste sentido, defende-se neste presente projeto, que o desenvolver as competências parentais das famílias, através de um acompanhamento técnico adequado, é possível diminuir as situações de perigo a que os mesmos estão sujeitos.

## **5. Análise crítica**

A Convenção sobre os Direitos da Criança, é um instrumento do Direito Internacional dos Direitos Humanos, o mais universal e um dos mais traduzidos. Caracteriza-se por ser um instrumento jurídico obrigatório e o primeiro tratado que fixa um enquadramento jurídico completo para a proteção dos direitos da criança, ao reunir no mesmo documento direitos civis, culturais, económicos e sociais. Este tratado internacional é um importante instrumento legal devido ao seu carácter universal e também pelo facto de ter sido ratificado pela quase totalidade dos Estados do mundo.

Em várias partes do mundo, ainda existem crianças que necessitam de apoio e cuidado da legislação pátria e também internacional, que tem o intuito e o dever de promover a paz mundial, exterminar a fome e a miséria, fiscalizando e até impondo sanções aqueles que não colaborem com o prescrito nesta convenção.

Milhões de crianças em todo o mundo sofrem diariamente com a violência, exploração e abuso. Ignoradas pelas estatísticas e negligenciadas pela ação política, sendo vítimas silenciosas, excluídas do debate público. As crianças/jovens vítimas de maus-tratos constituem um motivo de profunda preocupação porque integram ofensas graves a direitos humanos fundamentais, hoje reconhecidos à criança enquanto Sujeito de Direito, e geram perigos muito acentuados para o seu desenvolvimento integral, do ponto de vista físico, psicológico, emocional, cognitivo, comportamental, social e cultural. A percepção de que a Convenção é um instrumento decisivo a favor dos Direitos da criança é um fato, mas é imprescindível haver esforços em prol de sua implementação nos Estados-partes.

Numa outra vertente de análise crítica, na qual não tem a ver com o tema que desenvolvi no presente trabalho de projeto, mas que não posso deixar de me pronunciar pela preocupação inerente a esta problemática. Existe uma população considerada também como uma parte da população vulnerável da sociedade, que são os nossos idosos, os quais trabalharam, esforçaram-se e contribuíram também para a nossa sociedade. Seria deste modo pertinente, por parte dos órgãos com poderes para o efeito, conceberem um documento para que também os seus direitos e proteção fossem assegurados (ex. “Convenção sobre os Direitos dos Idosos”).

Desinseridos por vezes do seu meio natural de vida (o familiar), e vítimas também por vezes de maus tratos e violência familiar, o idoso necessita que as suas dimensões físicas, psíquicas, intelectual, emocional e social, possam ser desenvolvidas sem limitações dos seus direitos fundamentais à identidade e à autonomia. A incapacidade do mesmo num determinado momento da sua vida em gerir

as suas atividades da vida diária, coexiste com a incapacidade e impossibilidade da família em garantir o apoio necessário.

A constante preocupação pelo respeito, promoção e defesa dos direitos humanos, é uma base fundamental ao seu bem-estar e qualidade de vida. É fundamental promover o bem-estar biopsicossocial e emocional do idoso; melhorar as condições de vida, assegurando a satisfação das necessidades básicas tendo em vista a manutenção e consolidação da autonomia; fomentar a participação ativa na vida institucional, contribuindo para uma melhor vivência do processo de envelhecimento, baseando-se no respeito pelo valor da Dignidade inerente a todas as pessoas e pelos direitos que daí advêm.



## 6. Bibliografia

- Alarcão, Madalena, (2006). *(Des) Equilíbrios Familiares*, 3.º ed.. Coimbra, Quarteto;
- Amaro, Fausto, (2006). *Introdução à Sociologia da Família*, Lisboa. Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas;
- Amazonas, M. C. L. A., Damasceno, P. R., terto, L. M. S., & Silva, R. R. (2003). *Arranjos Familiares de crianças de camadas populares*; *Psicologia em Estudo*, 8 (especial), (pp.11-20);
- Associação portuguesa para a igualdade parental e direitos dos filhos (2012). *Instrumentos jurídicos do Conselho da Europa relativos às Políticas de Família e Direitos das Crianças*. <http://igualdadeparental.org/wpcontent/uploads/2012/02/PositiveParentingBrochureprt.pdf>;
- Avaliação da atividade das CPCJ – *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ* (2019);
- Biscaia, J., & Negrão, F., (1999). *As crianças e os maus-tratos. Sonhar – Comunicar/Repensar a Diferença*, 6, (pp.281-290);
- Biroli, F., (2014). *Família: Novos Conceitos*; Fundação Perseu Abramo. *Coleção O Que Saber*. <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/colecaoquesaber-05-com-capa.pdf>
- Brock, GW, Oertwin, M., & Coufal, JD. (1993). *Educação dos Pais: Teoria, pesquisa e prática*; Em ME Arcus, JD Schvaneveldt, & JJ Moss (Eds). *Manual de educação para a vida familiar: a prática da educação para a vida familiar*, vol.2 (pp 87-114), Newbury Park, CA: Sage;
- Caldera, D., Burrell, L., Rodriguez, K., Crowne, SS., Rohde, C., & Duggan, A. (2007). *Impacto de um programa de visita domiciliar estadual sobre a paternidade e a saúde e o desenvolvimento infantil*. *Child Abuse and Neglect*, 31(8); (pp. 829-852);
- Calheiros, Manuela e Monteiro & Maria Benedita, (2000). *Mau trato e negligência parental. Contributos para a definição social dos conceitos*. *Sociologia Problemas e Práticas*, nº34, (pp.145-176), CIES, Oeiras, Celta;
- Carvalho, C., (2011), *Formação Parental ou a procura de competências dentro da família - um desafio!* <https://reflexoespsikologicas.blogspot.com/2011/10/formacao-parental-ou-procura-de.html>
- Comissão de proteção de crianças e jovens em risco do cartaxo, *Relatório Anual de Atividades*, (2019).

Convenção sobre os Direitos da Criança (Adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989 e ratificada por Portugal em 21 de setembro de 1990);

Costa, Maria Teixeira & Cidália Duarte (2000), *Violência Familiar*, Editora Âmbar, Porto.

Coutinho, I.C.M, Seabra-Santos, M.J., & Gaspar, M.F.F. (2012). *Educação Parental com Famílias Maltratantes: Que potencialidades*. *Análise Psicológica*, Vol.30 no.4 (pp.405-420). [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?Script=sci\\_arttext&pid=S0870-82312012000300004](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?Script=sci_arttext&pid=S0870-82312012000300004);

Cruz, H., & Carvalho, M. J. L., (2011). *Infância, famílias e educação parental*. In D. Sampaio, H. Cruz, & M. J. L. Carvalho (Eds.), *Crianças e jovens em risco. A família no centro da intervenção* (pp.19-33). Cascais: Princípia;

Cruz, Hugo e Inês Pinho, (2006) Pais, uma experiência, Porto, Papiro Editora.

Del Prette, A., & Del Prette, Z. A. P. (2001), *Psicologia das relações interpessoais: Vivência para O trabalho em grupo*. Petrópolis: Vozes;

Deleury, Edith (1992). “*Les droits de l’enfant à la représentation et à la parole devant les instances judiciaires et les organismes chargés de la protection de l’enfance*”, in Jacqueline Rubellin-Devichi; Michel Andrieux (orgs.), *Enfance et violences*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, (pp.301-325).

Dessen, M. A. (1997). *Desenvolvimento familiar: Transição de um sistema triádico para poliádico*. *Temas em Psicologia*, (pp.51-61);

Dessen, M. A., & BRAZ, M. P. (2005). *As relações maritais e sua influência nas relações parentais: Implicações para o desenvolvimento da criança*. In M. A. Dessen & A. L. Costa Junior (Orgs.), *A ciência do desenvolvimento humano: Tendências atuais e perspectivas futuras* (pp. 132-151). Porto Alegre: Artmed Editora S.A;

Dinis, C., Delgado, M. G., & Chaleira, P. (2011). *Safer – Serviço de Apoio a famílias em risco*. In D. Sampaio, H. Cruz, & M. J. L. Carvalho (Eds.), *Crianças e jovens em risco. A família no centro da intervenção* (pp.281-300). Cascais: Princípia;

Direção-geral da saúde (2011) – *Maus tratos em crianças e jovens; Guia Prático de Abordagem, Diagnóstico e Intervenção; Ação de Saúde para Crianças e Jovens em Risco*;

Espinoza, M., (1986), *Evaluación de Proyectos Sociales*, Buenos Aires: Humanitas;

Fernandes, F., (2011); *Educação Parental: Aplicação de um programa*; Universidade da Madeira;

- Fernández, J., Alvarez, E., & Bravo, A., (2003), *Evaluación de resultados a largo plazo en Acojimiento residencial de protección a la infancia*. Infancia y Aprendizaje, (pp.1-15);
- Ferreira, J. M. E Álvarez-Pérez, P.,(2017). *Pobreza y Exclusión: Reinterpretación desde el Trabajo Social para un Sistema de Bienestar sostenible*. Em Enrique Pastor Seller (Editor) Sistemas y Políticas de Bienestar: una Perspetiva Internacional. Dykinson S.l;
- Giddens, Anthony (2007), Sociologia, 5ª Edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian. Goleman, D.Prólogo.In: Elias, M.J., Tobias, S.E. Friedlander, B.S., 1999. *Educar com Inteligência Emocional*. Barcelona: Plaza Janés;
- Goleman, Daniel (1999); *Educar com Inteligência Emocional. Como conseguir que nossos filhos sejam sociáveis, felizes e responsáveis*. C:/Users/worten/Desktop/Educar-con-inteligencia-emocional.pdf
- Guerra, Isabel Carvalho, (2000). *Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Ação: o planeamento em Ciências Sociais*.2ªed., Cascais: Principia;
- Kreppner, K.,(1992), *Developing in a developing context: Rethinking the family's role for children Development*. In L. T. Winegar & j. Valsiner (Orgs.), *Children's development within social context* (pp161-179); Hillsdale: Lawrence Elbaum Associates;
- Kreppner, K. (2000). *The child and the family: Interdependence in developmental pathways*. Psicologia: Teoria e Pesquisa, (pp.11-22);
- Leandro, Armando (1998), “*A criança e o direito*”, *Boletim do Instituto de Apoio à Criança*.  
<https://ciecum.wordpress.com/2019/09/05/boletim-do-instituto-de-apoio-a-crianca-no-82/>;
- Magalhães, Teresa. (2002). *Maus Tratos em Crianças e Jovens*, Coimbra, Quarteto;
- Magalhães, Teresa (2005)., *Maus Tratos em Crianças e Jovens – Guia Prático para Profissionais*, 4.º ed., Coimbra, Quarteto;
- Marques Vidal, J. (2010). *Crianças, jovens e tribunais*. In A. Leandro, A. Laborinho lúcio, & Guerra, P. (Eds.), *Estudos de Homenagem a Rui Epifânio*, (pp.111- 128). Coimbra: Almedina;
- Martins, P., (2004). *Proteção de crianças e jovens em itinerários de risco: representações sociais, Modos e espaços* (Tese de Doutoramento). Universidade do Minho, Braga;
- Martins, P., (2005). *O acolhimento familiar como resposta de proteção à criança sem suporte*

- Familiar adequado*. Infância e Juventude, (pp.63-84);
- Oliveira, José Henriques Barros (2002), *Psicologia da Família*, Lisboa, Universidade Aberta;
- Organização das Nações Unidas, (1999). *Manual para Escolas e Profissionais do Serviço Social, Direitos Humanos e Serviço Social, Série Formação Profissional, n.º 1*, Lisboa Departamento Editorial do isscoop;
- Palacios, J., (2003). *Instituciones para niños: protección o riesgo?* Infancia y Aprendizaje, (pp.353-363);
- Peirson, Leslea et. Al. (2001). “*Context, Contributing Factors, and Consequences*”, em Prilleltensky, Isaac et. Al., *Promoting Family Wellness and Preventing Child Maltreatment*. Fundamentals for Thinking and Action, Toronto, University of Toronto Press;
- Perdigão, Ana; Pinto, Ana Sotto Mayor (2009), *Guia dos Direitos da Criança (3ª edição.)*. Lisboa, Instituto de Apoio à Criança, Círculo de Leitores e Temas e Debates;
- Petzold, M.,(1996). *The psychological definition of “the family”*. In M. Cusinato (Org.), *Research On family: Resources and needs across the world*, (pp.25-44). Milão: LED-Edizioni Universitarie.;
- Plano Local Estratégico e Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças do Município do Cartaxo 2014-2016;
- Ramião Tomé de Almeida, (2004), *Lei de Proteção de crianças e jovens em perigo*, Sociedade Editora, Lisboa;
- Recomendação 19, (2006). Relatório da 28ª reunião do Conselho de Ministros do Conselho da Europa responsáveis pelos Assuntos da Família (Lisboa, 2006). <https://rm.coe.int/16804c2a6e>.
- Ribeiro, M., (2003), *Ser família: Construção, implementação e avaliação de um programa de educação Parental*. Tese de Mestrado, Universidade do Minho, Braga;
- Relatório anual de avaliação da atividade das CPCJ 2018. Esquema adaptado do Guia de Orientações para Profissionais da Ação Social *na Abordagem de Situações de Maus-Tratos ou Outras Situações de Perigo*;
- Rodrigo, M. J., Máiquez, M. L., Correa, a. D., Martín, J. C., & Rodríguez, G. (2006). *Outcome Evaluation of a community center-based program for mothers at high psychosocial risk*. Child Abuse & Neglect, (pp.1049-1064);

- Sampaio, Daniel et. Al., (2011), *Crianças e Jovens em Risco: a Família no Centro da Intervenção*, Lisboa, Editora Príncipia;
- Sampaio, D., & Gameiro, J., (1985), *Terapia Familiar*, (pp.11-12). Porto: Afrontamento;
- Sani, Maria Isabel, (2006). *Vitimação indirecta de crianças em contexto familiar*, *Análise Social*, vol. XLI (180), (pp.849-864).
- Santos, A. M., Santos, M., & ribeiro, C., (2011), *Novas Oportunidades Parentais – A formação parental para pais/cuidadores de crianças e jovens em risco*. In D. Sampaio, H. Cruz, & M. J. L. Carvalho (Eds.), *Crianças e jovens em risco. A família no centro da intervenção* (pp.251-279), Cascais: Príncipia.
- Stratton, P., (2003). *Contemporary families as contexts for development*. In J. Valsiner & K. Connolly (Orgs.), *Handbook of developmental psychology*, (pp.333-357). London: Sage;
- Tribuna, F., & Relvas, A. (2002). *Famílias de acolhimento e vinculação na adolescência*. In A. Relvas & M. Alarcão (Coords.), *Novas formas de família*, (pp. 53-119). Coimbra: Quarteto;
- Unicef, 2014. *Hidden in plain sight: A statistical analysis of violence against children*. United Nations Children's Fund, New York. <https://www.unicef.org/documents/hidden-plain-sight-statistical-analysis-violence-against-children>.
- Vilaverde, M., (2000), *Fatores de risco e fatores protetores em crianças vítimas de maus tratos a Viver em instituições*. Tese de Mestrado em Educação Especial e Formação Psicológica de Professores. Instituto de Educação e Psicologia - Universidade do Minho, Braga;
- Vaz, A., Mesquita, F., Fazenda, N., Almeida, K., Sarmiento, P., Santiago, R., Lopes, R., silva, s., & Bernardo, S., (2011). *Nova\_Mente – Programa de preservação familiar e formação parental*. In D. Sampaio, H. Cruz, & M. J. L. Carvalho (Eds.), *Crianças e jovens em risco. A família no centro da intervenção*, (pp.201-225). Cascais: Príncipia.
- Wagner, A., Halpern, S.C., & Bornholdt, E.A., (1999), *Configuração e estrutura familiar: Um estudo Comparativo entre famílias originais e reconstituídas*. *PSICO*, (pp.63-74);

## **Bibliografia Web**

Base de dados sobre Portugal, disponível em: [www.pordata.pt](http://www.pordata.pt)

Câmara Municipal do Cartaxo, disponível em: <https://www.cm-cartaxo.pt/Paginas/default.aspx>

Freguesias do concelho do cartaxo, disponível em: <https://www.visitarportugal.pt/santarem/cartaxo>

Instituto Nacional de Estatísticas, disponível em: [www.ine.pt](http://www.ine.pt)

Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE-IUL, disponível em: [www.iscte-iul.pt](http://www.iscte-iul.pt)

### **Legislação**

Lei n.º 147/99 de 1 de setembro, Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, 1999, alterada pela lei n.º 26/2018 de 05/07;

Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro. Segunda alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro. N.º 175, série I-A, de 8 de setembro de 2015. Lisboa: Diário da República.

Lei n.º 166/99 de 14 de setembro, Lei Tutelar Educativa, 1999.

# **ANEXOS**

---

## **Instrumentos de Avaliação**

*“Sensibilizar, Promover e Prevenir”*



**ANEXO A** – Grelha de avaliação das sessões pelos técnicos

**Programa “Sensibilizar, Promover e Prevenir”**

Sessão N° \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

As atividades planeadas foram todas desenvolvidas? Se não porque?	Principais obstáculos/dificuldades:	Alternativas possíveis para a superação das dificuldades:	Aspetos a melhorar:	Adesão da população-alvo destaca-se:	Participação da população-alvo na sessão destaca-se:
<b>Aspetos a salientar:</b>					
<b>Balço da Sessão:</b>			<b>Rubrica do Técnico:</b> _____		

**ANEXO B - Grelha de autoavaliação final de implementação do programa (técnicos)**

<b>Nome do técnico</b> _____ <b>Formação académica</b> _____	
<b>Execução:</b> - Atividades foram ou não desenvolvidas, quais as que não foram desenvolvidas e porquê. - As principais dificuldades/ obstáculos na realização das atividades. -Adequação das estratégias.	
<b>Pertinência:</b> - Pertinência das atividades - Pertinência das estratégias	
<b>Adequabilidade:</b> -As atividades foram ou não adequadas -As Atividades foram ou não pertinentes	
<b>Adesão:</b> - Grau de adesão da população-alvo - Participação da população	
<b>Alterações:</b> - Principais alterações	
<b>Aspetos a salientar</b>	
<b>Balço final do processo de implementação:</b>	

## **ANEXO C – Guião de reuniões de avaliação quinzenais ou mensais**

### **Programa “Sensibilizar, Promover e Prevenir”**

#### **REUNIÕES DE AVALIAÇÃO DE ACOMPANHAMENTO**

**Data:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**(Equipa técnica)**

#### **Alguns Pontos para a ordem de trabalhos:**

- ✓ Balanço da implementação das sessões práticas de Educação Parental

#### **Execução das atividades previstas para a dinamização das sessões**

- Atividades previstas vs atividades realizadas
  - Tempos de realização das mesmas
- Adequação das estratégias (se têm vindo a mostrar-se adequadas à população-alvo)
- Alterações realizadas/ e a realizar

#### **Recetividade/adesão da população alvo:**

- Adesão dos participantes (superior/igual/inferior ao esperado)
  - Número e tipo de destinatários abrangidos (comparação com o previsto, deteção de desvios e possíveis causas)
- Participação da população-alvo
  - Motivação - (se os participantes parecem ou não motivados)
  - Interesse - (se colocam ou não questões e dúvidas)
  - Se participam ativamente nas atividades/dinâmicas propostas

**Resultados-** (se se verifica ou não alguma alteração no comportamento da população-alvo)

**Dificuldades e obstáculos encontrados no decorrer das atividades de intervenção**

**Outros aspetos a salientar...**

**Balanço do processo de implementação do programa**

## **ANEXO D – Questionário de caracterização geral – Pré teste**

### **Competências e Práticas Parentais**

Nº de identificação do questionário: \_\_\_\_\_

#### **QUESTIONÁRIO PREENCHIDO POR:**

- P1.**  
1.Mãe .....  1  
2.Pai .....  2  
3.Outro. Qual? \_\_\_\_\_ .....  3

**P2. Idade** ..... anos.

#### **ÁREA DE RESIDÊNCIA**

**P3. Localidade:** \_\_\_\_\_

#### **ESTADO CIVIL OU SITUAÇÃO CONJUGAL**

- P4. Qual é o seu estado civil, ou situação conjugal?**  
1.Solteiro(a) .....  1  
2.Casado(a) .....  2  
3.União de Facto .....  3  
4.Divorciado(a) .....  4  
5.Viúvo(a) .....  5

#### **CONSTITUIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR**

**P.5 Número de elementos total:**

**P.6 Número de filhos:**

#### **SITUAÇÃO PROFISSIONAL**

- P7. Encontra-se a exercer alguma atividade profissional?**  
1.Sim .....  1  
2.Não .....  2

**P8. Qual é, exatamente, a sua profissão ou atividade profissional?**

#### **APOIOS /SUBSÍDIOS SOCIAIS**

- P9. Recebe apoios/subsídios sociais neste momento?**  
1.Sim .....  1  
2.Não .....  2

**P10. Se sim quais?** \_\_\_\_\_

#### **AVALIAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS PARENTAIS**

**Concordo (1) - Não tenho a certeza (2) - Discordo (3)** (Assinale a resposta)

**P.11** Ser mãe/pai faz-me sentir tensa/o e ansiosa/o.....  1  2  3

**P.12** Honestamente, acredito que tenho todas as capacidades necessárias para ser uma boa mãe (um bom pai). .....  1  2  3

**P.13** Um problema difícil quando se é mãe/pai, é não sabermos se estamos a fazer um bom ou um mau trabalho.....  1  2  3

**P.14** Ser mãe/pai está dentro das minhas possibilidades e qualquer problema que surja facilmente se resolve.....  1  2  3

- P.15** Proporciona alimentos adequados às necessidades nutricionais da criança (em quantidade e qualidade).....  1  2  3
- P.16** Está sempre atenta/o aos cuidados de higiene da criança (higiene pessoal) .....  1  2  3
- P.17** Levo regularmente a criança ao médico.....  1  2  3
- P.18** Garanto a segurança da criança relativamente a acidentes domésticos e rodoviários .....  1  2  3
- P.19** Estabelece regras, tarefas e limites adequados à idade da criança e às suas características .....  1  2  3

### AVALIAÇÃO DE PRÁTICAS PARENTAIS

**P.20 Quando o meu filho/a tem um comportamento inadequado**

	Nunca 1	Às vezes 2	Frequentemente 3	Sempre 4
1. Reparo mas não faço nada. ....	... <input type="checkbox"/> ...			
2. Levanto a voz (ralho ou grito).....	... <input type="checkbox"/> ...			
3. Faz com que o seu filho corrija o problema ou compense o seu erro .....	... <input type="checkbox"/> ...			
4. Castiga o seu filho /a sua filha. ....	... <input type="checkbox"/> ...			
5. Espanca-o/a. ....	... <input type="checkbox"/> ...			
6. Esbofeteia-o/a ou dá-lhe umas palmadas (mas não o/a espanca). ....	... <input type="checkbox"/> ...			
7. Dá-lhe um tempo (para refletir). ....	... <input type="checkbox"/> ...			

**P.21 Concorda ou discorda das seguintes afirmações:**

	Discordo Totalmente 1	Discordo 2	Concordo 3	Concordo Totalmente 4
1. É muito importante para mim saber onde está o meu filho/a minha filha quando está longe de mim.....	... <input type="checkbox"/> ...			
2. Os pais que verificam como é que o seu filho/a sua filha se comporta em casa de amigos são demasiado ansiosos em relação aos filhos.....	... <input type="checkbox"/> ...			
3. Dar às crianças muito tempo livre sem supervisão ajuda-os a aprender a ser mais responsáveis.....	... <input type="checkbox"/> ...			

**P.22 Com que frequência faz cada uma das seguintes coisas quando o seu filho/a se porta bem ou faz um bom trabalho?**

	Nunca/ raramente 1	Às vezes 2	Frequentemente 3	Sempre 4
1. Repara mas não faz nada.....	... <input type="checkbox"/> ...			
2. Elogia e cumprimenta o seu filho/ a.....	... <input type="checkbox"/> ...			
3. Dá ao seu filho/à sua filha um abraço, um beijo, uma festa ou um aperto de mão.....	... <input type="checkbox"/> ...			
4. Nem repara.....	... <input type="checkbox"/> ...			

**P.23 Refira três aspetos positivos da sua família:**

---

**P.24 Refira três preocupações que tenha de momento com a sua família:**

---

**P. 25 Como podem estes comportamentos mais vulneráveis ser modificados? Que benefícios podem advir dessa mudança?**

---

---

---

**P. 26 Disponibilidade e motivação para participar no grupo de educação parental?**

1.Sim .....  1

2.Não .....  2

**P. 27 Indique 3 temas que considera importante e que gostaria de desenvolver.**

- |  |                            |                                     |                             |
|--|----------------------------|-------------------------------------|-----------------------------|
| 1.Autoestima                               | <input type="checkbox"/> 1 | 6.Resolução de problemas/ conflitos | <input type="checkbox"/> 6  |
| 2.A família e o desenvolvimento da criança | <input type="checkbox"/> 2 | 7.Parentalidade Positiva            | <input type="checkbox"/> 7  |
| 3. Autoconhecimento                        | <input type="checkbox"/> 3 | 8.Saúde e segurança da Família      | <input type="checkbox"/> 8  |
| 4.Hábitos de Higiene/ Alimentação          | <input type="checkbox"/> 4 | 9.Gestão de conflitos               | <input type="checkbox"/> 9  |
| 5. Organização e gestão familiar           | <input type="checkbox"/> 5 | 10.Outro. Qual? _____               | <input type="checkbox"/> 10 |

**(apenas 3 respostas)**

**ANEXO E** – Avaliação Semanal da sessão pelos pais



**AVALIAÇÃO SEMANAL DA SESSÃO PELOS PAIS**

Sessão nº \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Os <b>assuntos</b> discutidos nesta sessão ajudaram-me: Muitíssimo <input type="checkbox"/> 😄    Muito <input type="checkbox"/> 😊    Pouco <input type="checkbox"/> 😐    Nada <input type="checkbox"/> 😞
As trocas de ideias em <b>pares</b> ajudaram-me: Muitíssimo <input type="checkbox"/> 😄    Muito <input type="checkbox"/> 😊    Pouco <input type="checkbox"/> 😐    Nada <input type="checkbox"/> 😞
As trocas de ideias com todo o <b>grupo</b> ajudaram-me: Muitíssimo <input type="checkbox"/> 😄    Muito <input type="checkbox"/> 😊    Pouco <input type="checkbox"/> 😐    Nada <input type="checkbox"/> 😞
As <b>atividades</b> em que praticámos o que discutimos ajudaram-me: Muitíssimo <input type="checkbox"/> 😄    Muito <input type="checkbox"/> 😊    Pouco <input type="checkbox"/> 😐    Nada <input type="checkbox"/> 😞
As orientações e opiniões dos <b>dinamizadores</b> ajudaram-me: Muitíssimo <input type="checkbox"/> 😄    Muito <input type="checkbox"/> 😊    Pouco <input type="checkbox"/> 😐    Nada <input type="checkbox"/> 😞
<b>Outras Observações ou comentários:</b>          

## **ANEXO F – Questionário final de avaliação do Programa (Pais) – Pós Teste**

Nº de identificação do questionário: \_\_\_\_\_

### **Programa de Educação Parental “Sensibilizar, Promover e Prevenir”**

**Assinale a opção que mais claramente descreve a sua opinião**

#### **Organização das sessões**

	Discordo Totalmente 1	Discordo 2	Concordo 3	Concordo Totalmente 4
1. Os documentos distribuídos estão ajustados à temática debatida.	... <input type="checkbox"/> ...			
2. As durações das sessões são adequadas	... <input type="checkbox"/> ...			
3. O horário da sessão é adequado	... <input type="checkbox"/> ...			
4. O tempo dedicado à exposição teórica foi adequado.	... <input type="checkbox"/> ...			

#### **Avaliação geral**

	Discordo Totalmente 1	Discordo 2	Concordo 3	Concordo Totalmente 4
1. Os temas abordados foram do meu interesse e agrado	... <input type="checkbox"/> ...			
2. Durante as sessões senti-me à vontade para colocar as minhas dúvidas.....	... <input type="checkbox"/> ...			
3. A linguagem utilizada foi objetiva e clara .....	... <input type="checkbox"/> ...			
4. As sessões corresponderam às minhas expetativas ....	... <input type="checkbox"/> ...			
5. As sessões foram importantes para adquirir novos conhecimentos.....	... <input type="checkbox"/> ...			
6. Aconselho as sessões aos meus amigos .....	... <input type="checkbox"/> ...			
7. As atividades desenvolvidas durante as sessões foram importantes para o meu dia-a-dia. ....	... <input type="checkbox"/> ...			
8. As sessões são pertinentes para me ajudar na educação dos meus filhos .....	... <input type="checkbox"/> ...			

	Inútil 1	Indiferente 2	Útil 3	Bastante útil 4
1. Informações e conteúdos apresentados. ....	... <input type="checkbox"/> ...			
2. Discussão no grupo sobre as estratégias parentais. ...	... <input type="checkbox"/> ...	... <input type="checkbox"/> ...	... <input type="checkbox"/> ...	... <input type="checkbox"/> ...
3. Explicações e informações fornecidas pelos dinamizadores.....	... <input type="checkbox"/> ...			
4. Demonstração de estratégias através de imagens e em suporte audiovisual (DVD).....	... <input type="checkbox"/> ...			

**Qual foi para si o melhor benefício que retirou da sua participação no programa?**

---

**Que parte do programa foi mais útil para si?**

---

**O que lhe agradou menos neste programa?**

---

**Sugestões para melhorar o programa:**

---

---

---

---

---